

4

A história de Jesus como história Trinitária

Uma vez constatada a importância de uma teologia como história, uma teologia que seja vital ao ser humano hodierno, revelando a este o amor do Deus Trino, cabe verificar como a Cristologia é o caminho para a doutrina sobre Deus.

A história de Jesus nos revela o Deus Trino, uma comunhão de pessoas que, vivendo no amor umas para com as outras, nos convidam a adentrar nesta comunhão de amor. Destarte, neste capítulo, buscar-se-á apresentar a história de Jesus de Nazaré, que, em uma história verdadeiramente humana, revelou o amor mútuo entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo e, ao mesmo tempo, ressaltar na história de Jesus, a história de amor de Deus por nós, a ponto de assumir em si a nossa realidade. Perceber-se-á, na humanidade de Jesus, a divindade e, com isto, a comunhão interpessoal em Deus.

Neste intento, partir-se-á da história da consciência e liberdade de Jesus, que permite afirmar que sua vida foi vivida de modo verdadeiramente humano, revelando a proximidade de Deus para conosco. Em seguida, refletir-se-á sobre o escândalo de Jesus na cruz e sua morte, que revela um Deus apaixonado pelo ser humano a ponto de assumir suas dores, colocando-se na mesma sorte dos pobres e sofredores deste mundo. Por fim, discorrer-se-á sobre a ressurreição de Jesus, que permite enxergar a unidade do Deus cristão no escândalo da cruz e a confirmação, por parte do Pai, de toda a vida histórica de Jesus, vivida no Espírito.

4.1

Consciência e liberdade - a humaníssima história de Jesus

Foi visto acima que, ao tratar a história, Bruno Forte a situa no âmbito da consciência e liberdade do ser humano, que se coloca diante dela sempre imbuído de seu passado e em perspectiva de seu futuro. Para refletir sobre a vida de Jesus de Nazaré, prefere-se partir destes dois aspectos presentes na história de cada ser humano e que não poderiam faltar na de Jesus, pois do contrário não seria uma história verdadeiramente humana.

A história de Jesus de Nazaré situa-se entre os anos 7-6 a.C e 30 d.C. Embora os Evangelhos não pretendam ser uma biografia da vida de Jesus, mas, antes, um testemunho de fé das primeiras comunidades cristãs, que procuram, também, convidar outros a professar a mesma fé, há nos Evangelhos certos dados incontestáveis.¹ Sabe-se que Ele nasceu no tempo do imperador César Augusto (30 a.C a 14 d.C.), na cidade de Belém, e sua mãe era Maria, esposa de um carpinteiro chamado José (cf. Lc 2,1-7). De família hebreia, Jesus falava o aramaico, língua da época. Foi batizado por João no Jordão e iniciou sua vida pública pelos seus 30 anos (Lc 3,21-23). Morreu crucificado sob o procurador Pôncio Pilatos, sob a acusação de agitador político-religioso. Sabe-se, no entanto, que sua vida foi vivida em prol dos outros, buscando fazer o bem a todos (cf. At 10,38).

O tema central de sua pregação foi o Reino de Deus², o qual pregava com autoridade espantosa (Mc 1,14-15.22). E não só anunciava a existência deste Reino, mas também sua chegada iminente. Vinculava este Reino à sua própria pessoa: Nele se cumpre o tempo e o Reino se faz próximo (cf. Mc 1,15; Mt 3,2; 4,17; Lc 10,11). Nele, o Pai oferece gratuitamente o seu Reino, que deve ser acolhido como um verdadeiro dom (cf. Lc 12,32; 22,29-30; Mt 25,34; Mc 4,26-29). O anúncio do Reino de Deus realizado por Jesus se distanciava das concepções de seu tempo: os fariseus esperavam o Reino de Deus como plena realização da Lei; os zelotes, como uma teocracia política instaurada pela força armada; os apocalípticos, como destruição da realidade presente e criação de novos céus e nova terra; e, por fim, também a concepção do Batista que anunciava o julgamento divino. Jesus, no entanto,

anuncia a soberania de Deus como possibilidade próxima e definitiva de salvação, que é oferecida através de sua palavra e de sua ação, e que deve ser acolhida com a conversão de coração: ‘Convertei-vos porque o Reino de Deus está próximo’ (Mt 4,17).³

O Reino de Deus, na perspectiva de Jesus, é obra de Deus, dom do Alto que deve ser acolhido pelo ser humano através de uma atitude de transformação interior e das realidades que o circundam. O Reino é a “personificação da

¹ Cf. FORTE, B., *Jesus de Nazaré, história de Deus, Deus da história*, pp. 207-212.

² Cf. JEREMIAS, J., *Teologia do Novo Testamento*, p. 160.

³ FORTE, B., *Jesus de Nazaré, história de Deus, Deus da história*, p. 209.

esperança da salvação”, do anseio da história humana pelo *shalom* de Deus; ou seja, “deve ser entendido no horizonte da pergunta da humanidade pela paz, liberdade, justiça e vida”.⁴ Jesus convida à acolhida do Reino que Ele anuncia, Reino este que se inaugura com sua própria pessoa (Lc 4,17-21). Jesus percebe a história que o circunda, anseios e desejos, e apresenta, na sua pessoa, a salvação de Deus, que subverte as expectativas humanas. Há, neste sentido, uma “cristologia indireta, implícita” no anúncio do Reino realizado por Jesus, que será explanada e explicitada pela Igreja primitiva sob a luz da Páscoa.⁵ Na pessoa de Jesus, entra na história humana a salvação de Deus, o Reino é inaugurado, embora não possa ser identificado com a história presente (cf. Mt 13).

Desta forma, a história de Jesus se assemelha às diversas histórias humanas e é, ao mesmo tempo, singular: ela se desenrola num lugar e tempo determinados, com seus condicionamentos próprios, como a de seus contemporâneos. Sua história contém alegrias e tristezas, dores e lágrimas, vida e morte, como a de qualquer pessoa. No entanto, sua história tem uma dimensão singular, apresentada na sua pretensão de anunciar o Reino de Deus em palavras e obras e a inauguração deste com a sua própria vida – que é uma história de amor convidativa a novas experiências amorosas, mediante a conversão e a tomada de decisão na aceitação de sua pessoa. Diante da história de Jesus, uma história humaníssima como tantas outras e que, ao mesmo tempo, retém um mistério que lhe é próprio – a Filiação divina –, surge, conforme apresenta Bruno Forte, a questão: como conciliar a obscuridade e a progressividade próprias da existência humana com a condição divina de Jesus que não se separou do homem Jesus de Nazaré? E como reconhecer em Jesus a liberdade própria de cada ser humano? Até que ponto Jesus foi realmente livre? Da legítima resposta a estes questionamentos está implicada a fé na verdadeira divindade e na verdadeira humanidade de Jesus.⁶

4.1.1 A história da consciência de Jesus e seu aspecto revelador

Tratar-se-á, inicialmente, da consciência de Jesus de Nazaré. Será que na sua encarnação Ele esvaziou-se também de sua condição divina ou será que o homem

⁴ Cf. KASPER, W., *Jesus, el Cristo*, p. 88.

⁵ Cf. FORTE, B., *Jesus de Nazaré, história de Deus, Deus da história*, p. 210.

⁶ Cf. *Ibid.*, pp. 212-241.

Jesus já teria, desde o princípio, a consciência clara da sua vida e missão? Muitas vezes situa-se a indagação sobre a consciência de Jesus nestes dois opostos. No entanto, é preciso se ater àquilo que nossa fé professa: Verdadeiro Deus e Verdadeiro Homem e, assim, poder vislumbrar de que forma se deu a consciência em Jesus de Nazaré.

Bruno Forte recorda o esforço da cristologia tradicional em manter a unidade entre a humanidade e a divindade de Cristo, respondendo à questão através de um esquema “descendente”. Para esta cristologia, “se Deus se fez homem, é necessário reconhecer nesse homem todas as perfeições possíveis consequentes à ‘união hipostática’”⁷, ou seja, devia-se reconhecer em Jesus, ao lado de um conhecimento divino, um conhecimento humano, adequando este último quanto mais à perfeição. O conhecimento humano de Cristo seria, nesta concepção, dotado da visão beatífica, de conhecimentos extraordinários de ordem sobrenatural e dos conhecimentos adquiridos pela experiência humana. Esta cristologia tendia, por mais reta que fosse sua intenção, a negar a verdadeira humanidade de Cristo, apresentando um Jesus “onisciente”, diferentemente daquele testemunhado nos Evangelhos.

Os Evangelhos testemunham um Jesus que assumiu uma história verdadeiramente humana, um Jesus que “crescia em sabedoria, em estatura e em graça, diante de Deus e diante dos homens” (Lc 2,52), que não sabia o dia do julgamento (cf. Mc 13,32; Mt 24,36) nem de tudo o que acontecia ao seu redor (cf. Mc 5,30-33). Os Evangelhos apresentam, também, um Jesus que sofreu verdadeiramente, o que não se explicaria se tivesse a visão beatífica de Deus. Por outro lado, também mostram um Jesus dotado de conhecimentos extraordinários (cf. Jo 6,5s; 6,71; 13,11; Mc 2,6-8; 11,2; 14,13-14; Mt 17,24-27). Seriam textos contraditórios? Seria possível afirmar que, em Jesus, só há o conhecimento adquirido pela experiência como homem? Teria o homem Jesus uma consciência de sua condição divina e missão? Para responder a estes questionamentos é necessário ter claros dois pressupostos apresentados por Bruno Forte.⁸ Em primeiro lugar, é preciso se ater à natureza dos Evangelhos, que não são registros de crônicas, mas, antes, testemunhos de fé. Deles, não é possível haurir uma biografia de Jesus do ponto de vista psicológico, porém apresentam um convite a

⁷ Ibid., p. 212.

⁸ Cf. Ibid., pp. 215 et. seq.

aderir à pessoa de Jesus de Nazaré. Em segundo lugar, é preciso ter claro que a Ressurreição de Jesus é o momento alto de sua vida e da experiência de fé das primeiras comunidades, que fez com que elas relessem a vida de Jesus de Nazaré sob a luz desta Ressurreição, e, ainda, que os textos do Novo Testamento foram escritos a partir deste horizonte de compreensão. Outro pressuposto se faz, também, necessário. A consciência é condição constitutiva da história. Uma vez que, como afirmado acima, Bruno Forte apresenta a história como tomada de posição diante do passado em vista do futuro, não é possível fazer isto sem a consciência de si e daquilo diante do qual se toma posição. Com isto, a consciência não fica apenas no plano subjetivo, do sujeito, mas aparece como condição transcendental da própria história, sendo desenvolvida em diversos níveis. Objetivamente falando, pode-se afirmar que a consciência vai sendo ampliada: parte de uma consciência não reflexa, do pôr-se diante daquilo que é distinto de si mesmo, quando a pessoa faz primeiro a experiência do tu, para, em seguida, fazer a experiência do “nós” e do “eu”.⁹ Segue daí uma consciência que, aos poucos, vai se tornando reflexa, tematizada, formulada pela ajuda de categorias adquiridas da experiência. Este processo de desenvolvimento da consciência não reflexa para a reflexa ocorre gradualmente, na obscuridade e nas luzes de uma evolução histórica. E é nesta obscuridade que têm espaço as possibilidades e a liberdade, os riscos e também as escolhas nas quais o ser humano se realiza ou se aliena.

A Cristologia deve, por sua vez, perguntar-se como ocorre este desenvolvimento humano da consciência em Jesus. Visando a responder a este questionamento, Bruno Forte salienta a necessidade de se centrar nos “mistérios” da vida de Jesus. Entre estes, encontra-se um no qual se enraíza a experiência de Jesus: o uso da palavra “Abbá”. Trata-se de um termo utilizado de modo singular por Jesus. No Antigo Testamento existiam diversas formas de se dirigir a Deus; no entanto, não se encontra a invocação de Deus como “Abbá”. Isto se deve ao fato de que o termo era próprio das crianças, utilizado no dia-a-dia, referindo-se ao pai biológico ou a pessoas adultas de respeito, e, no mínimo, era inimaginável chamar a Deus desta forma, porque parecia por demais familiar, cotidiana e desrespeitosa para se dirigir a Ele. Neste sentido, pode-se afirmar que a invocação

⁹ “A experiência primitiva da pessoa é a experiência da segunda pessoa. O tu, e adentro dele, o nós, precede o eu, ou pelo menos acompanha-o” MOUNIER, E., *O personalismo*, p. 46.

de Deus como Abbá por parte de Jesus é de sua *ipsissima vox*. Não se trata de uma falta de respeito para com Deus por parte de Jesus. Ao contrário, Jesus atribuía a honra inculcada neste termo unicamente ao Pai do céu (cf. Mt 23,9); Jesus, invocando a Deus como pai, mostrava-se cheio de confiança e respeito com o Pai, alegre pela sua companhia e disposto a obedecer a Ele como uma criança.¹⁰

Este relacionamento íntimo de Jesus com o Pai revela o conhecimento que tem dele. Trata-se de um conhecimento adquirido a partir de experiências normais do aprendizado humano, experiências temáticas de um relacionamento singular com o Pai. Conhecimento que, na vida de Jesus, foi se desenvolvendo a partir de uma vivência que é anterior à própria tematização, de uma relação já presente de forma não reflexa, de um relacionamento íntimo com o Pai que, aos poucos, foi se desenvolvendo e se tornando manifesto. Desta forma pode-se afirmar que

a história de Jesus foi marcada, como toda história humana, por um avanço progressivo em direção à luz de uma autoconsciência mais clara e de um conhecimento mais completo dos outros e de Deus. Esse crescimento interior teria sido alimentado, de um lado, pela intimidade dialógica, única e exclusiva, com o Pai, e de outro, pelo relacionamento diário com os homens a começar por Maria, sua mãe, e pelo conhecimento da Escritura, fundamental na formação dos filhos de Israel. Isto é, o Nazareno teria crescido interiormente, explicitando o que já estava contido na originária consciência atemática de si mesmo e adquirindo por experiência novos conhecimentos, através de momentos e formas sucessivas de desenvolvimento.¹¹

Como mostra Bruno Forte, há, também, em Jesus, um verdadeiro crescimento humano em relação à sua consciência, que, aos poucos, vai se ampliando de acordo com as suas vivências humanas. Jesus vai crescendo na sua autoconsciência de Filho de Deus, como também nós crescemos, trazendo, entretanto, manifesta uma condição que lhe é única, a Filiação divina: “Tudo me foi entregue por meu Pai, e ninguém conhece o Filho senão o Pai, e ninguém conhece o Pai senão o Filho e aquele a quem o Filho o quiser revelar” (Mt 11,27). Deve-se deduzir que, neste crescimento progressivo da consciência em Jesus de Nazaré, também existiam zonas de sombra que eram progressivamente iluminadas, especialmente em relação ao futuro: “A Escritura sozinha não demonstra, mas não é contrária a uma teoria que admita um desenvolvimento psicológico do conhecimento que Jesus podia ter daquilo que estava para lhe

¹⁰ Cf. JEREMIAS, J., op. cit., pp. 114-122.

¹¹ FORTE, B., *Jesus de Nazaré, história de Deus, Deus da história*, pp. 220-221.

acontecer”.¹² Como nós, o Filho de Deus viveu as incertezas, as dúvidas e as inseguranças e não tinha desde o começo uma consciência clara em relação ao seu futuro. Sua consciência foi sendo iluminada a partir de sua vida, vivida numa profunda intimidade com o Pai, de forma que Ele

intuiu atematicamente, mas com progressiva certeza, o seu destino e o destino do mundo em relação ao Pai, mas sem que tudo, na sua concretude, lhe tenha sido claro e evidente a cada instante; ele deve ter percebido o salto entre o pressentimento certo, a forte intuição do futuro, e a viva e dura realidade da experiência.¹³

Tal reflexão pode, num certo momento, parecer inacreditável ou desqualificar o Filho de Deus; no entanto, por outro lado, garante a genuína realidade da encarnação – que foi não somente aparente, mas real – na qual Jesus “foi provado em tudo como nós, com exceção do pecado” (Hb 4,15). Jesus assumiu, também, as obscuridades e as incertezas próprias da condição humana, sendo, assim, extremamente solidário conosco. Percebe-se a real encarnação do Filho que, na sua bondade, por causa de nós, se fez pobre, embora fosse rico, para nos enriquecer com sua pobreza (cf. 2Cor 8,9). Na obscuridade experimentada por Jesus, pode-se enxergar ainda mais sua adesão ao projeto do Pai. Embora não tivesse clareza de seu destino, Jesus se entrega radicalmente à vontade do Pai. É um homem de fé. Ele arriscava sua vida nas constantes escolhas que fazia, depositando sua esperança em Deus. Embora tenha passado por momentos de crise, manifestada, sobretudo, na hora derradeira, Ele abandonou-se inteiramente nas mãos do Pai com total confiança: “Pai, em tuas mãos entrego o meu espírito” (Lc 23,46). No seu grito angustiante, expressou a esperança que depositou em Deus durante toda a sua vida, mesmo naquele momento de solidão profunda; destarte, fica claro que Jesus não somente convidou à fé e à esperança, mas também as experienciou, apostando a sua vida em Deus.

Uma vez aceita a história da consciência de Jesus, de sua passagem da obscuridade à luz, convém conferir se há nos Evangelhos uma tematização completa da consciência de Jesus que permita atribuir-lhe uma consciência clara da sua condição e missão. Para tal intento, é preciso se ater à presença seja de elementos pós-pascuais, que constituem a memória de Jesus feita pelas primeiras

¹² BROWN, R., *Scienza e coscienza* In FORTE, B., *Jesus de Nazaré, história de Deus, Deus da história*, p. 221.

¹³ FORTE, B., *Jesus de Nazaré, história de Deus, Deus da história*, p. 222.

comunidades cristãs após a Páscoa, seja de elementos que podem ser atribuídos a Ele próprio.

Em primeiro lugar, é necessário ter claro que todos os títulos cristológicos nos Evangelhos são pós-pascais, com exceção do título ‘Filho do Homem’.¹⁴ Até o título ‘Filho de Deus’, que, conforme o Evangelho de João, aparece algumas vezes na boca do próprio Jesus em relação a si mesmo (Jo 5,25; 10,36; 11,4), nunca aparece nos Sinóticos, por ser totalmente desconhecido como título messiânico no judaísmo palestinese e, como Jesus bebe de sua cultura, não poderia utilizar-se de categorias que lhe eram estranhas. Em relação aos outros títulos, Jesus se mostrou muitas vezes desconfiado devido ao seu caráter dúbio (cf. Mt 8,29). Utilizou-se, no entanto, da categoria ‘Filho do Homem’. Sabe-se disto a partir mesmo da quantidade de vezes em que é utilizado (69 nos Sinóticos, 13 em João e apenas 3 vezes no Apocalipse referindo-se ao Antigo Testamento). Trata-se de um título não utilizado pelas comunidades cristãs, pelo temor de que fosse interpretado pelos gregos como denominação de origem, e que, possivelmente, só perdurou nos Evangelhos porque estava integrado às palavras de Jesus desde o princípio de seu ministério.¹⁵ O título era considerado pelas comunidades tão importante que elas não tiveram a audácia de excluí-lo. Os textos que mostram uma distinção entre Jesus e o Filho do Homem, antes de se referir a diferentes personagens, tratam do estado presente de Jesus e do seu *status exaltationis*.¹⁶ Daí se deduz que Jesus, ao fazer esta distinção, já tem a consciência de uma manifestação gloriosa de Deus no final de sua vida terrena. Revela-se, desta forma

a autoconsciência do Nazareno como consciência histórica, que se põe e se propõe num presente de humildade, mas que ao mesmo tempo se projeta num futuro de exaltação garantido pelo Pai. Dessa forma, o título manifesta a consciência que Jesus tem da transcendência da própria condição e missão (cf. Mt 26,64; Mc 14,62; Lc 22,69).¹⁷

Entre os elementos pré-pascais que manifestam a consciência tematizada de Jesus há os que se referem à pregação do Reino, à autoridade com a qual Jesus

¹⁴ Cf. JEREMIAS, J., op. cit., pp. 362-372.

¹⁵ Cf. FORTE, B., *Jesus de Nazaré, história de Deus e Deus da história*, p. 226.

¹⁶ Cf. JEREMIAS, J., op. cit., p. 395

¹⁷ Cf. FORTE, B., *Jesus de Nazaré, história de Deus, Deus da história*, p. 227.

prega e age e as narrativas de milagres.¹⁸ Pela pregação do Reino de Deus, Jesus manifesta a consciência da sua relação singular com o Pai e anuncia a proximidade de Deus para com o ser humano, realizada através de sua própria pessoa. A autoridade demonstrada por Jesus, que espanta a muitos (Mc 1,22.27), manifesta a consciência que Ele tem de si e do seu destino. Seja pelo uso do eu enfático, não utilizado no seu ambiente, seja pela sua pretensão de se colocar como o verdadeiro intérprete da Lei (cf. Mt 5,21-48), isto é, apresentando-se maior do que os profetas (cf. Mt 12,41s), Jesus mostra-se conhecedor de que Nele Deus oferta, aos seres humanos, sua salvação. Os milagres testemunhados pelos Evangelhos, embora carregados de ênfases próprias da mentalidade oriental, manifestam um Deus que, em Jesus, se fez próximo. Longe de apresentar um caráter científico-naturalista, como se costuma fazer em nossos dias, os milagres, na tradição bíblica, apontam aquilo que Deus é e o que ele quer para o ser humano. Trata-se de sinais da salvação, daquilo que Deus quer estabelecer na terra. Todo o agir de Jesus através dos milagres é realizado a partir da consciência que tem de quem é Deus e daquilo que ele quer estabelecer no mundo e, ainda, sinal de que Jesus é instrumento do Pai. Portanto, embora os títulos cristológicos possam expressar uma cristologia pós-pascal, que, aos poucos, foi sendo cada vez mais bem elaborada, eles remetem a uma cristologia que antecede à Páscoa, na própria história de Jesus, na qual já se encontra o conteúdo da cristologia, ainda que não expresso. A realidade da história de Jesus é o que move e precede a fé dos discípulos. A história da consciência de Jesus, neste sentido, revela duas dimensões centrais para a nossa fé: a Trindade e a humanidade de Deus¹⁹.

Através do relacionamento singular de Jesus com o Pai percebe-se que “o Deus de Jesus Cristo é comunidade dialogante numa profundidade totalmente inatingível para as capacidades humanas.”²⁰ O próprio Jesus manifesta esta sua união única com o Pai (cf. Mt 11,27). Os títulos dados pela comunidade cristã também buscam confirmar esta singularidade relacional de Jesus com o Pai e mostram que Jesus foi constituído Senhor e Cristo pelo Pai (cf. At 2,36). Nesta relação de Jesus com o Pai, as primeiras comunidades viam também a relação com o Espírito: Jesus é concebido pelo Espírito (cf. Mt 1,18), por ele ungido (cf.

¹⁸ Ibid., pp. 228-232.

¹⁹ Cf. Ibid., pp. 235-238.

²⁰ Ibid., p. 235.

Mt 3,16; Jo 3,34; At 10,38), vivificado (cf. 1Pd 3,18; Rm 1,4; 8,11) e estabelecido Filho de Deus (cf. Rm 1,4). O próprio Jesus manifesta que age sob este mesmo Espírito (cf. Lc 4,18).

O relacionamento de Jesus com Deus mostra que este é, ao mesmo tempo, distinção e unidade.²¹ Distinção pois o Pai se manifesta como o “amor originário e originante”²² que expande o seu amor em Deus – a filiação e a espiração e “fora” dele – a criação. O Filho se mostra, na história de Jesus de Nazaré, sempre receptividade deste amor fontal de Deus. E, neste amor recebido, mostra também a sua divindade, pois “aceitar o amor não é menos personalizante que dar o amor; deixar-se amar é amor não menos que amar... Também o receber é divino”.²³ Por fim, há em Deus o Espírito Santo que é o garante da circulação de amor entre o Pai e o Filho, que atesta a diferenciação entre o Pai e o Filho, mas que é ao mesmo tempo a unidade entre eles, “a comunhão do Amante e do Amado, que garante também a comunhão do eterno Amante com as suas criaturas e com as suas histórias de sofrimento, não prescindindo do Amado, mas exatamente nele e por intermédio dele”, sendo verdadeiramente o vínculo pessoal de comunhão.²⁴ Vê-se, portanto, que as diferenciações em Deus Pai, Filho e Espírito Santo, ao contrário de provocar divisões, separações, graus de superioridade e inferioridade, são vividas numa profunda comunhão, garantida pela pessoa do Espírito Santo, manifestada na vida de Jesus.

Outra dimensão central de nossa fé cristã revelada na história da consciência de Jesus é a humanidade de Deus. Na história da consciência de Jesus, vê-se um Deus empenhado e comprometido com o ser humano, com seus problemas e seus anseios de libertação; um Deus totalmente solidário com o ser humano, que, saindo de si, se faz companheiro da mesma sorte:

a obscuridade e a ignorância na história do seu conhecimento manifestam-nos a maravilhosa ‘condescendência’ de Deus para com a nossa fraqueza. O Deus absolutamente livre e transcendente (...) torna-se devir, isto é, entra no movimento da história humana, compromete-se a construir com o homem a novidade do futuro, com toda a densidade que isso comporta.²⁵

²¹ Sobre isto, toda a obra *A Trindade como história*, de Bruno Forte, apresenta-se como referência, especialmente o trecho nas páginas 106 a 111.

²² Id., *A Trindade como história*, p. 96.

²³ Ibid., p. 106.

²⁴ Ibid., p. 108.

²⁵ Id., *Jesus de Nazaré, história de Deus e Deus da história*, p. 237.

Assumindo nossa natureza, Deus se fez próximo, conhecendo nossas fraquezas e dificuldades a partir da própria carne humana. “De dentro” da humanidade, assumiu nossas dúvidas, obscuridades, incertezas e mostrou-nos, aí, a sua admirável condescendência em querer se tornar um de nós, para que o ser humano cresça. Em Jesus, Deus nos ensinou a solidariedade absoluta, não só com palavras, mas na concretude da verdadeira encarnação do Filho de Deus, que quis participar da nossa pobreza para nos enriquecer com sua riqueza, fazendo-nos participantes da glória celeste, da natureza divina²⁶.

4.1.2 Jesus de Nazaré, o homem livre

Não somente na história da consciência de Jesus de Nazaré se pode contemplar a humaníssima história de Deus, mas também na sua história de liberdade. Jesus, na sua história de vida, mostrou-se um homem verdadeiramente livre. Já nos primeiros séculos a Igreja professou, solenemente, no III Concílio de Constantinopla, em 681, que Jesus possuía, não somente uma vontade divina (como afirmavam os monotelistas), mas também uma vontade e liberdade humanas, ou seja, era um ser livre.²⁷ Há, portanto, em Jesus, como em qualquer ser humano, os riscos que a liberdade proporciona. Daí surge, então, a pergunta se poderia haver um conflito entre a condição divina de Jesus e sua condição humana; e, mais, se em Jesus existia a possibilidade do pecado. À luz da Páscoa, as primeiras comunidades cristãs atestam que, em Jesus, não existiu pecado, seja na sua concepção ou durante toda a sua vida: “Ele não cometeu pecado” (1Pd 2,22), “ele mesmo foi provado em tudo como nós, com exceção do pecado” (Hb 4,15), Ele, em quem não há pecado, veio na verdade para “tirar o pecado” (1Jo 3,5). A certeza de que Ele viveu, em sua condição humana, uma comunhão profunda com Deus a ponto de não pecar é clara. No entanto, não se deve, com isto, retirar de Jesus o risco da liberdade própria do ser humano:

A ausência de pecado em Jesus não é uma impecabilidade abstrata, uma incapacidade de fazer o mal, ligada de maneira natural ao seu ser homem, mas ‘é só o resultado da totalidade do seu processo de vida’. Em outras palavras, se o Filho foi enviado numa carne de pecado para condenar o pecado na carne (cf. Rm 8,3), ele escolheu, entre as tribulações e as provações da sua carne ‘semelhante à do pecado’, o caminho da fidelidade incondicional ao Pai.²⁸

²⁶ AG 3.

²⁷ FORTE, B., *Jesus de Nazaré, história de Deus e Deus da história*, p. 242.

²⁸ Cf. *Ibid.*, p. 244.

Há, em Jesus, portanto, uma vida autenticamente humana, que não deixou de carregar a possibilidade do pecado, mas que, ao contrário, mostrou-se íntegra no propósito de comunhão com Deus. Jesus fez uma opção profunda por Deus que determinou todas as suas outras opções de vida e na qual buscou sua realização enquanto ser humano, mantendo-se destinado a ela, sem se deixar aprisionar por propostas diversas. Nos Evangelhos, podem-se ver “dois mistérios da vida de Jesus” que mostram com clareza sua opção fundamental por Deus: as tentações no deserto e a agonia do Getsêmani.”²⁹ Muitas vezes foi por demais valorizada a interpretação exemplar-pedagógica destas passagens, deixando de lado a realidade da provação sofrida por Jesus, que mostra sua verdadeira humanidade, para se evitar o perigo de diminuir a perfeição de Jesus. Há de se perceber, no entanto, que “uma insistência unilateral no aspecto pedagógico da tentação de Cristo corre o risco de tirar-lhe toda seriedade”.³⁰ Para que, de fato, o aspecto pedagógico das tentações seja preservado, há de se ter clara antes a realidade concreta das tentações durante a vida de Jesus, “pois, tendo ele mesmo sofrido pela tentação, é capaz de socorrer os que são tentados” (Hb 2,18).

As primeiras comunidades estavam atentas à realidade da tentação sofrida por Jesus, ao mostrarem-no sendo tentado (Mt 4,1-11; Lc 4,1-13; Mc 1,12-13).³¹ As três tentações sofridas por Jesus servem para mostrar que Ele as sofreu como qualquer ser humano, como o povo de Deus no deserto, mas que, ao invés de ceder a estas, ficou firme na unidade com Deus. Ao desenvolver as tentações em três, Mateus e Lucas têm o intuito de se reportar às tentações e aos pecados do povo de Israel e mostrar que, em Jesus, não foi assim; em Jesus, é possível uma nova opção: o povo de Deus teve fome e murmurou contra Deus e, mesmo depois de este ter mandado o maná, reclamou dele (Ex 16; Nm 11); Jesus, no entanto, mostra que não só de pão vive o homem, mas daquilo que sai da boca de Deus. Moisés, em Massa, murmura, juntamente com o povo, contra Deus por falta de água (Ex 17,1-7); Jesus ensina que não se deve tentar a Deus, como em Massa. O povo substituiu o verdadeiro Deus por um ídolo: o bezerro de ouro (Ex 32); Jesus, ao contrário, permanece firme na total submissão a Deus. No Evangelho de

²⁹ Ibid., p. 246.

³⁰ DUQUOC, C., *Cristologia. Ensaio Dogmático I. O homem Jesus*, p. 57.

³¹ Cf. FORTE, B., *Jesus de Nazaré, história de Deus e Deus da história*, pp. 247-249.

Marcos vê-se a preocupação do autor em mostrar que, na realidade, a tentação de Jesus foi uma só: a de abandonar um messianismo de serviço, de “obediência profética”, que Ele tinha aprendido na sua relação com o Pai, para assumir um messianismo de glória, triunfante, esperado pelos grupos de seu tempo. Marcos mostra que Jesus escolhe o Pai e não troca o messianismo de serviço por um messianismo dominador.

No fim da vida de Jesus, no momento de sua tristeza, solidão e angústia profunda, é mostrada, de modo crucial, a sua tentação. Porém, mesmo aí, Ele mostra sua vontade unida à do Pai, fazendo da vontade de Deus a sua própria (cf. Mc 14,36). No Evangelho de João, assim se lê: “Meu alimento é fazer a vontade daquele que me enviou” (4,34). Na verdade, os textos que mostram Jesus sendo tentado, no início e no final de sua missão, servem para deixar claro que *toda* “a vida de Jesus é um contínuo discernimento dos espíritos, até a hora suprema, em Jerusalém.”³² E, neste discernimento de espíritos, Ele sempre optou por Deus, fazendo dele a opção fundamental de sua vida.

Bruno Forte mostra que esta liberdade de Jesus é demonstrada de modo especial pela forma de vida que Ele assume e por seus relacionamentos.³³

Em primeiro lugar, há de se considerar que Jesus é o pobre. Ele se mostrou pobre porque vivia numa liberdade ilimitada de si mesmo, das coisas e dos outros. É livre de si mesmo, uma vez que vive sua vida em total obediência ao Pai (cf. Jo 4,34; 5,19), num abaixamento voluntário de si. É ainda livre da riqueza, nascendo pobre em Belém (cf. Lc 2,7), vivendo pobre em Nazaré (cf. Mt 13,55) e morrendo pobre em Jerusalém, despojado até de suas vestes (cf. Mt 27,35). É livre dos outros porque seu relacionamento não é instrumentalista ou interesseiro, mas, sim, total serviço (cf. Lc 22,27). Sua opção de vida celibatária também contribui para mostrar esta liberdade de Jesus e seu pleno desprendimento. Sua pobreza de si, dos bens e dos outros não se dá por um desprezo do mundo, como se a vida fosse ruim, mas, antes, como um modo de vida, um amor indiviso e gratuito.

Em segundo lugar, pode-se observar a liberdade de Jesus no seu relacionamento político-social em seu tempo. Em meio a uma sociedade cheia de contrastes sociais – governada pelo Sinédrio de Jerusalém, formado pelos sacerdotes, anciãos e escribas, grupos da nobreza da época; dividida em dois

³² Ibid., p. 249.

³³ Ibid., pp. 251-270.

partidos do judaísmo oficial: o dos Saduceus (da nobreza) e o dos Fariseus (da classe média); dotada de movimentos revolucionários, o dos sicários e o dos zelotes, que procuravam a libertação do poder romano e a restauração do Reino de Israel através da força armada, mas também de movimentos que procuravam uma reforma religiosa, como o dos essênios e o do grupo de João Batista –, Jesus se mostra totalmente livre em relação a eles. Escolhe uma vida pobre, cheia de esperança em Deus, para reverter o quadro político e religioso, não valorizando as armas como meio para tal ou, muito menos, a separação do mundo. Vive inserido na sua realidade, convocando o povo a uma transformação de mentalidade e de atitudes para que se estabeleça na terra o Reino de Deus. Nasce dentre os grupos considerados “heréticos” no seu tempo – galileus e samaritanos; embora os galileus fossem da comunidade religiosa judaica, pela distância do Templo e pela proximidade com os povos pagãos, eram considerados impuros. Vive em Nazaré da Galileia, desprezada pelos israelitas puros (Jo 1,46), e escolhe seus primeiros discípulos daí (cf. Mc 1,16-20). Sua vida demonstra uma opção preferencial pelos marginalizados, pobres e fracos. Caminha entre publicanos, pecadores e prostitutas e não teme entrar em contato e criar comunhão com eles, demonstrada pela participação nas suas refeições. Mostra-se um companheiro deles não para participar dos seus pecados, como era acusado, assumindo para si as atitudes deles, mas, antes, para, através do contato com Ele, fazê-los participantes da comunhão da graça, pois “não são os que têm saúde que precisam de médico, mas os doentes. Eu não vim chamar justos, mas pecadores” (cf. Mc 2,17). Jesus, portanto, mostra-se totalmente amante do Pai e, por este amor livre e incondicional, amou também aos seus, mantendo-se livre na sua forma de se relacionar:

Subversivo aos olhos do imobilismo conservador do Sinédrio, inovador obscuro e perigoso para os saduceus, mestre de erros para os fariseus que não lhe perdoavam a liberdade em relação à Lei e a predileção pelos pobres, revolucionário, mas não suficiente para os zelotes e sicários, que não podiam compreender o seu espírito de misericórdia e de paz, impuro para os facciosos e bem-pensantes que o tachavam de ‘galileu’ ou ‘samaritano’, desconcertante para os discípulos do Batista que esperavam o Messias do julgamento e do fogo, o Nazareno rompe todos os esquemas: não é um homem da ordem constituída, mas também não é um revolucionário político; não é alguém que ignora a Lei, mas também não é alguém que procure observá-la escrupulosamente; não é um asceta piedoso ou um severo

defensor dos costumes, mas também não é alguém que não conheça o deserto e não convoque à penitência.³⁴

Ou seja, percebe-se que Jesus não se deixa aprisionar pelas expectativas do seu tempo, mas se coloca diante delas com uma liberdade radical, superando-as pelo anúncio do Reino, que na liberdade de sua pessoa é demonstrado. Seu relacionamento com o mundo político-social mostra a grandeza do Reino de Deus que se apresenta absolutamente superior a qualquer expectativa humana. Sua liberdade frente às ideologias, esquemas e preconceitos, ao mesmo tempo em que reflete a intimidade profunda de Jesus com o Pai, convida-nos a, como Ele, assumir esta liberdade, transformando-nos como também os ambientes nos quais convivemos.

Pode-se observar, por fim, a liberdade de Jesus também no seu relacionamento com a tradição religiosa de Israel. O Judaísmo, no tempo de Jesus, por mais que desse grande valor ao Livro da Lei, lido de forma especial no Templo, no sábado, se identifica mais com o Templo do que com a Lei. O Templo de Jerusalém é o coração dos judeus, lugar privilegiado de sua fé, para onde acorriam em numerosas peregrinações. Jesus, como judeu, também frequentou o Templo; ainda criança, era levado pelos pais (cf. Lc 2,41-50); como adulto, gostava de visitá-lo sempre e lá dirigir sua pregação (cf. Lc 19,47) e, mais, convidava os seus a também visitá-lo e lá apresentar suas oferendas a Deus (cf. Mt 5,23-24; Mc 1,40-45). Porém, mostrava-se superior ao Templo: “Digo-vos que aqui está algo maior do que o Templo” (cf. Mt 12,6), como aquele que tem autoridade para purificar o Templo (cf. Mc 11,15-17).

Jesus se mostrava livre, ainda, em relação à Lei, a Torá. Embora tivesse um respeito profundo pela Lei, a qual Ele mesmo lia na Sinagoga (cf. Lc 4,17), mostrou-se livre em relação a ela, deixando de lado alguns de seus aspectos (como a vingança – Lc 4,18-19, Is 61,1-2) e alguns de seus preceitos (como o divórcio – Mt 5,32; o juramento – Mt 5,33-37; a lei do talião – Mt 5,38-42). Sua pregação e vivência são carregadas da Torá, mas superadas através da singularidade de sua relação com o Pai. Já a Halaká, a interpretação da Torá por parte dos escribas, é completamente questionada por Ele, seja pela observância do sábado (Mc 2,17), seja pela pureza ritual (cf. Mc 7,1-8). Jesus se mostra, desta forma, como o novo

³⁴ Cf. *Ibid.*, p. 265.

seguimento. Sua relação com o Pai é fonte de inspiração para o verdadeiro caminho de Deus.

A partir desta vivência da liberdade de Jesus, assim como acontece com a história de sua consciência, pode-se perceber como o Deus cristão é também livre.

Bruno Forte ensina que

toda dimensão autêntica da humanidade de Jesus Cristo é revelação de sua condição divina e das relações trinitárias. Por isso é possível afirmar que a plena e profunda liberdade do profeta galileu remete à infinita liberdade do Deus trinitário.³⁵

Na liberdade de Jesus, percebe-se, portanto, que Deus também é livre. É livre em relação a si mesmo, para que se possa dar inteiramente ao outro e acolhê-lo. Trata-se de um Deus que se dá no amor: Pai que, no Espírito, se dá ao Filho, Filho que, no Espírito, se dá ao Pai; liberdade de Deus vivida no amor e no despojamento de si assumido até as últimas consequências, do qual a cruz de Jesus é sacramento.

4.2

O escândalo da cruz: a história da entrega de Deus

4.2.1 História de Jesus: uma história de cruz

Se se infere que a história de Jesus, em relação à sua consciência e à sua liberdade, foi uma história verdadeiramente humana, no que se refere às dificuldades da vida e aos sofrimentos humanos, não poderia ser diferente.

Assim como cada um de nós experimenta, na sua história, tristezas e sofrimentos – uns mais outros menos –, na história de Jesus também não faltou esta experiência. Já no início de sua vida pode-se observar o sofrimento. O menino Jesus nasce longe da casa de seus pais, em meio à extrema pobreza. Seu berço é uma manjedoura, lugar onde se colocava a comida dos animais (cf. Lc 2,7). Seus amigos, desde o começo, são pessoas pobres e de má fama (cf. Lc 2,8-20). Recém-nascido, tem que enfrentar a fuga para o Egito, junto de seus pais, para não ser assassinado (cf. Mt 2,13). Estabelece-se, posteriormente, em Nazaré, cidade mal vista pelos judeus (cf. Jo 1,46). Embora fosse tão próximo da vida dos

³⁵ Cf. Ibid., p. 270.

seus, frequentando até suas festas (cf. Jo 2,1-12), experimenta o descrédito destes (cf. Jo 7,5). É expulso da Sinagoga e da sua cidade e passava sempre pelo risco da morte, por causa de suas pregações (Lc 4,29); acusado de endemoniado pelos escribas (cf. Mc 3,22) e de não observante da Lei pelos fariseus (cf. Mc 2,24; 7,5). Ele, que “passou fazendo o bem e curando a todos os que estavam dominados pelo diabo, porque Deus estava com ele” (At 10,38), foi entregue para ser condenado à morte (cf. Lc 24,20).

Todos estes dados atestados pelos Evangelhos permitem perceber que toda a história de Jesus foi uma história marcada pelo sofrimento. “Toda a vida de Cristo foi cruz e martírio”³⁶. O sofrimento de Cristo não se reduz somente ao momento derradeiro de sua história, mas é uma constante ao longo de toda a sua história. A comunidade primitiva reconhece Nele o homem das dores do qual falam os Profetas (cf. Is 53,3). Ele é o justo que sofreu na carne pelos injustos (1Pd 3,18; 4,1). Seu sofrimento não é apenas aparente, mas uma experiência real, como testemunham as Escrituras.

Bruno Forte mostra que toda a vida de Jesus é orientada para a cruz, de forma que “não se compreenderá a vida de Jesus sem a cruz, como também não se compreenderá a cruz sem o caminho para ela”³⁷. Toda a vida de Jesus foi uma entrega pelo seu incondicional amor a Deus e aos irmãos e irmãs, que atingiu o seu ápice na entrega de cruz.³⁸ Ele assumiu de tal modo a vontade do Pai na vida dele, que era capaz de comunicar este amor de Deus a todos, de forma especial aos pobres e excluídos, e não se eximiu de assumir, também, as dores deste radical anúncio. Sofreu na carne as incompreensões (inclusive as de seus discípulos), o desprezo e a revolta de alguns privilegiados que o condenaram à morte. Não fugiu ou fingiu ter sofrido na sua vida e na cruz, mas, realmente,

³⁶ *Imitação de Cristo*, L II, cap. XII.

³⁷ FORTE, B., *Jesus de Nazaré, história de Deus e Deus da história*, p. 270.

³⁸ Aqui Forte parece basear-se na teologia patrística que ressalta a encarnação como caminho para a revelação trinitária na cruz: “Cristo, ao ser enviado para morrer, também precisou de nascer para que pudesse morrer” TERTULIANO. *De car. Chr.* 6 (PL 2, 764A); “O Logos que em si não podia morrer assumiu um corpo que pudesse morrer, a fim de oferecê-lo como seu, em benefício de todos” S. ATANÁSIO; *De inc.* 20 (PG 25, 152B); “O Logos impassível assumiu um corpo..., para tomar sobre si o que era nosso e oferecê-lo como sacrifício, para que o homem todo obtivesse a salvação” S. Atanásio. *Ep. Ad Epic.* 6-7 (PG 26, 1061A); “Se alguém interrogar o mistério, dirá logo que não é sua morte que foi consequência do nascimento, mas sim que é o nascimento que foi assumido para que Ele pudesse morrer” GREGÓRIO DE NISSA *Ora. Cat. Mag.* 32 (PG 45. 80A). No entanto, Forte apresenta a morte de cruz não como uma fatalidade desconexa da vida de Jesus, mas como o ponto culminante de toda sua vida toda ela assumida como uma oferta de si; ou seja, tem o cuidado pastoral e teológico de não separar a cruz da vida de Jesus ou vice-versa. Cruz e vida devem estar sempre conexas para que se construa uma verdadeira teologia e espiritualidade.

experimentou os sofrimentos da vida humana – consequência de uma verdadeira encarnação. Por sua vez, a cruz só é bem compreendida se não for tomada como um ato isolado, desconexo de toda a sua vida, mas, antes, inserida no conjunto da vida de Jesus como uma consequência de sua entrega, síntese de sua vida. Tal reflexão mostra sua semelhança na teologia do Von Balthasar que retomando Kähler apresenta os evangelhos como ‘relatos da paixão com uma introdução pormenorizada’, ou seja, percebe neles uma estrutura interna que tem o seu centro na morte e na ressurreição de Jesus, centro do querigma.³⁹ Segundo Balthasar, “o Novo Testamento se encaminha, como um todo, para a cruz e para a ressurreição, e, de novo, parte das mesmas, e sob esta luz também a Antiga Aliança se converte no único caminho precursor para o *Triduum Mortis*”⁴⁰ e isto porque a própria vida de Jesus deve ser vista como uma marcha para a cruz.⁴¹

Bruno Forte mostra que na história de Jesus podem-se verificar três níveis de experiência humana de dor: a finitude física, a finitude psicológica e o sofrimento moral e espiritual.⁴² Os Evangelhos mostram a finitude física de Jesus: Ele tem fome (cf. Mt 4,2; Lc 4,2), sede (cf. Jo 19,28) e sono (cf. Mc 4,38); e grita, ao sentir uma dor profunda no corpo (cf. Mc 15,34). Trata-se da realidade da encarnação de Cristo, que assumiu uma carne humana semelhante à nossa, carne sujeita a condicionamentos e limites. Jesus assume, também, uma finitude psicológica, como foi visto neste trabalho quando se tratou da consciência de Jesus. Ele cresce “em sabedoria, em estatura e em graça, diante de Deus e diante dos homens” (cf. Lc 2,52). Na sua vida e história de consciência, vai se colocando entre trevas e luzes, experimentando as obscuridades e incertezas próprias da condição humana:

Nos traços humaníssimos nos quais aparece a experiência de certa finitude psicológica se revela, porém, de maneira peculiar, que Cristo participou realmente de nossa condição humana, aparece seu ser verdadeiramente companheiro de nossa dor, tantas vezes ligada à experiência da obscuridade diante do amanhã e do mistério do sofrimento alheio.⁴³

Por fim, na sua experiência humana, Jesus teve também o sofrimento moral e espiritual: sentiu a tristeza da perda de um amigo (cf. Jo 11,35), a angústia de ver

³⁹ VON BALTHASAR, H. U. *Mysterium paschale* in *MS III/6*, p. 8

⁴⁰ *Ibid.*, p. 11.

⁴¹ *Ibid.*, p. 57.

⁴² FORTE, B. *Exercícios espirituais no Vaticano*, pp. 60-64.

⁴³ *Ibid.*, p. 61.

sua vida em perigo (cf. Mc 14,34) e a solidão profunda em relação aos amigos e ao próprio Deus (cf. Mc 15,34). Por ter experimentado verdadeiramente a vida humana, com suas alegrias e dores, Jesus compreende as histórias dos homens e mulheres e busca ser solidário para com eles: se compadece com as multidões (cf. Mt 9,36; 15,32); com os doentes e infelizes (Mc 1,41; Mt 20,34; Lc 7,13). Aquele que experimentou na sua vida os sofrimentos – realizando uma verdadeira encarnação – é sensível à dor dos outros e se faz solidário:

Vinde a mim todos os que estais cansados sob o peso do vosso fardo e eu vos darei descanso. Tomai sobre vós o meu jugo e aprendei de mim, porque sou manso e humilde de coração e encontrareis descanso para vossas almas, pois o meu jugo é suave e o meu fardo é leve(cf. Mt 11,28-30).

Ele assume o sofrimento dos pobres e sofredores e lhes anuncia, através de sua palavra e sua vida, um Deus que lhes é solidário, que enxerga o seu sofrimento e que se coloca ao seu lado (cf. Mt 20,23). “Cruz significa solidão, desprezo, fracasso, dor e morte, sem aparente futuro. Cruz é contrassenso, negação de toda pretensão, última agonia do pobre que não teve ninguém para defendê-lo”.⁴⁴ Cruz, neste sentido, significa escândalo, contradição, derrota; e Jesus assumiu a cruz, o que implica perceber não uma passividade em relação à cruz, mas uma participação ativa. Jesus toma para si o destino dos infelizes e injustiçados.

Este assumir os sofrimentos dos outros já é também realizado no anúncio do Reino, quando apresenta um Deus que toma o partido dos sofredores e atrai as multidões, esperançosas de libertação (Mc 6,56). O sucesso de sua missão coloca em risco a ordem existente em seu tempo, provocando espanto (cf. Mc 6,2-3) e irritação por parte das autoridades (Mc 11,18), que procuram matá-Lo (Jo 11,47-53). Jesus toma suas precauções para continuar, com vida, anunciando o Reino de Deus; consegue escapar do apedrejamento e prisão (cf. Lc 4,30; Jo 8,59; 10,39) e evita o conflito direto (cf. Mc 7,24). Mas tem consciência de que seu anúncio não terminaria bem para Ele, mas que o aguardaria o destino dos profetas (cf. Mc 8,31; 9,31; 10,33-34).

Mesmo sabendo do perigo que corria, caso continuasse sua missão, Jesus permanece no seu caminho com coragem e firmeza, não esmorecendo diante das dificuldades (Lc 9,51).

⁴⁴ Id., *Jesus de Nazaré, história de Deus e Deus da história*, p. 277.

O Nazareno tem consciência da iniquidade que está para consumir-se com relação a ele, mas enfrenta-a com a riqueza de sentido de quem vê a morte injustamente sofrida como uma doação voluntária, vivida em obediência ao Pai e fecunda de vida.⁴⁵

Não assumiu a morte pelo gosto do sofrimento, como também seu sofrimento não foi somente uma aparência, mas assumiu o sofrimento e a morte dando a estes um sentido profundo de entrega. Caminha, neste sentido, em direção à própria morte não como um drama sofrido, mas como uma entrega radical. Mesmo diante do risco da morte, continua firme no anúncio do Reino. Foi, então, acusado de blasfemo pelo Sinédrio (cf. Mc 14,53-65) por sua pretensão – de forma especial por sua atitude de purificação do Templo (cf. Mc 11,15-18) –, sendo, assim, recomendado à morte, conforme a Lei (cf. Dt 17,12).

As autoridades religiosas, cheias de ódio pela pretensão de Jesus em se colocar acima da Lei, dos seus costumes e de sua autoridade, elaboram um plano para levar Jesus à morte e o condenam. Porém, o motivo crucial de sua morte não foi de cunho religioso, mas político. Jesus não foi assassinado por apedrejamento, como eram condenados os blasfemos (cf. Lv 24,14), mas foi crucificado; ou seja, não recebeu a condenação dada aos que infringiam o poder religioso, mas a dos que se opunham ao poder político. Sua crucificação foi “uma pena infligida aos escravos desertores e aos instigadores contra o império”⁴⁶, que servia de exemplo para que ninguém pudesse ousar protestar contra o poder imperial. O letreiro na parte superior da cruz com o título “Jesus Nazareno, o rei dos judeus” mostra que se trata de uma condenação política. Desta forma, fica claro que o motivo da morte de Jesus é de cunho político-religioso. Olhando para a condenação de Jesus, percebe-se que, por si, a cruz nada tem de bendita. Jesus não amou a cruz por si mesma e sua angústia no Getsêmani testemunha isto. Ela é a soma e a representação de toda a dor humana, da vitória do mal, hora da desesperança em Deus⁴⁷, possibilitando compreender o sumiço dos discípulos na hora da cruz. Destarte, a cruz abre outro horizonte de compreensão: nela é manifestada a história do amor de Deus.

⁴⁵ Ibid., p. 281.

⁴⁶ Ibid., p. 281.

⁴⁷ Cf. Ibid., p. 277.

4.2.2 História da Cruz: a história do amor de Deus

Jesus é assassinado por questionar, através de suas palavras e atitudes, as autoridades políticas e religiosas da época. O ódio das autoridades religiosas por conta do sucesso de Jesus e de seus questionamentos fez com que arquitetassem um plano para o entregarem às lideranças políticas. Então, subornam Judas Iscariotes, um dos Doze, para *entregá-lo* a eles (cf. Mc 14,10). E, tendo Jesus em suas mãos, entregaram-no ao representante de César: “Logo de manhã, os chefes dos sacerdotes fizeram um conselho com os anciãos e os escribas e todo o Sinédrio. E manietando a Jesus, levaram-no e *entregaram-no* a Pilatos” (Mc 15,1). Pilatos, mesmo não vendo crime em Jesus (cf. Mc 15,14), cede à pressão da multidão e, “depois de fazer açoitar a Jesus, entregou-o para que fosse crucificado” (Mc 15,15). Jesus é, então, entregue à morte pelo medo e ódio das autoridades políticas e religiosas. Trata-se de uma entrega dos homens que não tem nada de salvífica, mas uma entrega repleta de ódio e vingança, que levou à morte Jesus de Nazaré, resultado do não acolhimento da sua mensagem e da sua própria pessoa.

Olhando a cruz de Jesus poder-se-ia perguntar: onde está Deus que permite a morte de seu Filho? Que Deus é este que vê o seu Filho ser entregue à morte e não impede? Que Deus é este que permite o mal? A cruz de Jesus reporta à profunda angústia humana, já relatada no livro de Jó. Trata-se da experiência que todo ser humano faz diante da dor, seja ela física, como a dos doentes e famintos, social, como a dos marginalizados e oprimidos, ou moral, como a dos esquecidos e abandonados: “Por que não morri ao deixar o ventre materno, ou pereci ao sair das entranhas? Que eu fosse como um aborto escondido, que não existisse agora, como as crianças que não viram a luz” (cf. Jó 3,11.16). Trata-se do sério questionamento: “Se Deus é bom por que o mal?”. Onde está Deus diante do Holocausto, de milhares de pessoas que morrem de fome na África e de todos os injustiçados? A resposta do ateísmo é de que Deus não existe, ou melhor, está morto. Deus não responde ao grito angustiado do inocente porque não existe. De modo diverso responde a fé cristã ao silêncio de Deus, ao sofrimento do inocente. A morte de Jesus na cruz é resposta para esta questão. Ela não é somente a entrega de Jesus, por parte dos homens, à morte, mas é a entrega do próprio Deus.

Se a história de Jesus se findasse nas entregas humanas, seria como qualquer outra história de injustiça, dor e sofrimento por que passam tantas pessoas. Seria

uma história cheia de injustiças e sofrimentos como a de tantos de nossos irmãos e irmãs que sofrem calúnias, difamações, perseguições; de tantos que, por denunciarem as injustiças deste mundo, tombaram; ou daqueles que estão em nossos presídios condenados injustamente. No entanto, a história de sofrimento de Jesus tem algo que lhe é peculiar:

a Cruz não é tão-só um evento da história deste mundo. O Crucificado que morre abandonado não é mais um pobre e humilhado, que agoniza nos estertores da dor humana: Ele morre nos braços de Deus. A sua morte não é a atea ‘morte de Deus’, e sim a ‘morte em Deus’; isto é, a Trindade divina foi profundamente atingida, no seu mistério de Pai, de Filho e de Espírito, pelo evento que se realiza no silêncio da Sexta-feira Santa. A fé cristã não professa um Deus impassível, espectador da dor humana lá do alto de sua infinita distância, mas um Deus ‘compassionato’, como dizia o italiano do século XIV, isto é, um Deus que, tendo amado sua criatura e aceito o risco da liberdade dela, a amou até o fim. É este amor ‘até o fim’ (Jo 13,1) que explica a vergonha e a dor infinita da Cruz!⁴⁸

Bruno Forte enfatiza que a cruz de Jesus não é apenas história humana, de um acontecimento humano, mas, antes, é revelação da história do amor de Deus para conosco: Deus que aceita sofrer, chegando até a experimentar a morte por causa de seu imenso amor. “Nas profundezas do mistério da cruz age o amor”.⁴⁹ Forte desta forma com sua teologia Na cruz de Jesus, Deus se mostra solidário com o ser humano.

Ao lado do inocente que morre, solidário com ele e nele está o Deus da cruz: não um juiz longínquo e estranho, espectador impassível do sofrimento humano; mas o Deus vizinho, o Deus de “com-paixão”, o Deus que fez sua a dor do mundo para lhe dar sentido e consolo. A teologia cristã descobre o evangelho da dor de Deus como evangelho do seu amor por nós: não se trata de proclamar um Deus dissolvido na história da paixão do mundo; mantendo elevada e pura a sua transcendência, trata-se de indicar a desconcertante imanência, que a cruz nos permite entrever.⁵⁰

A cruz de Jesus revela o modo como Deus se manifesta junto do sofredor: participando do seu sofrimento, sendo um companheiro na sua dor. No mistério da cruz transparece o quanto Deus nos ama profundamente a ponto de assumir em si o sofrimento e a morte para nos dar a verdadeira felicidade. O mistério da cruz traz em si a paixão de Deus pela humanidade: é a proclamação da “boa notícia da morte em Deus para que o homem viva da vida do Deus imortal, na comunhão

⁴⁸ Id., *Trindade para ateus*, p. 54.

⁴⁹ PAPA JOÃO PAULO II, *DVi* 41.

⁵⁰ FORTE, B., *A teologia como companhia, memória e profecia*, p. 40.

trinitária, possibilitada graças àquela morte”.⁵¹ Assumindo a morte humana, Deus nos possibilita participar da sua vida divina: “Agora, em Cristo Jesus, vós, que outrora estáveis longe, fostes trazidos para perto, pelo sangue de Cristo (...), pois, por meio dele, nós, judeus e gentios, num só Espírito temos acesso junto ao Pai” (Ef 2,13-18). A cruz de Jesus não é sinal da derrota de Deus, de um Deus que não consegue tirar o mal do mundo, mas é a revelação do Deus que se faz próximo e solidário do ser humano, assumindo em si o sofrimento e a morte, para fazê-lo participante da comunhão trinitária.

Se afirmássemos a morte de Deus em sentido ateu, falaríamos de um Deus sem advento, prisioneiro da miséria deste mundo doloroso; mas proclamando, em contrapartida, a morte de Deus, no sentido propriamente cristão-trinitário, confessamos que a paixão do Crucificado, e nessa a paixão do mundo, tocam profundamente o mistério da divindade, implicando cada uma das Pessoas divinas a seu modo próprio e inserindo a história da dor do mundo na eterna história do amor divino.⁵²

Há, no mistério da cruz, uma entrega do próprio Deus Trindade à humanidade. A entrega de Jesus por parte dos homens, como visto acima, dá lugar a “outras três misteriosas entregas” que permitem perceber a cruz como “história trinitária de Deus”. Esta tese, pode-se afirmar, é o coração do trabalho cristológico e teológico de Bruno Forte, que, em muitas das suas principais obras teológicas, aparece como um resumo e constitui o ponto chave de sua reflexão.⁵³ Na história de Jesus e, especificamente, na sua história de cruz, pode-se vislumbrar a história do amor de Deus para com a humanidade. Na história da cruz, tem-se a misteriosa entrega do Filho, do Pai e do Espírito Santo por causa do seu incondicional amor por nós. Trata-se de três entregas que dão um caráter salvífico à morte de Jesus na cruz.

A cruz é, primeiramente, uma misteriosa entrega do Filho. As primeiras comunidades cristãs desde cedo já perceberam isto: “Minha vida presente na carne, eu a vivo pela fé no Filho de Deus, que me amou e se entregou a si mesmo por mim” (Gl 2,20; 1,4; 1Tm 2,6; Tt 2,14). “Andai em amor, assim como Cristo também nos amou e se entregou por nós a Deus, como oferta e sacrifício de odor

⁵¹ Id., *Exercícios espirituais no Vaticano*, p. 70.

⁵² Id., *A teologia como companhia, memória e profecia*, p. 40.

⁵³ Id., *Jesus de Nazaré, história de Deus e Deus da história*, pp. 282-296; Id., *Exercícios espirituais no Vaticano*, pp. 60-64; Id., *A essência do cristianismo*, pp. 62-67; Id., *Na memória do Salvador*, pp. 68-73; Id., *A Trindade como história*, pp. 33-40; Id., *Trindade para ateus*, pp. 53-64.

suave” (Ef 5,2; cf. 5,25). O Filho se entregou ao Pai por nós e em nosso lugar, pois

Cristo nos remiu da maldição da Lei tornando-se maldição por nós, porque está escrito: maldito todo aquele que é suspenso no madeiro, a fim de que a bênção de Abraão em Cristo Jesus se estenda aos gentios, e para que, pela fé, recebamos o Espírito prometido (Gl 3,13).

Jesus faz a experiência da morte não como uma perda, mas como uma radical entrega da sua vida: “Por isso o Pai me ama, porque dou minha vida para retomá-la. Ninguém a tira de mim, tenho o poder de entregá-la livremente. Tenho o poder de entregá-la e retomá-la” (Jo 10,17-18). Toda a vida de Jesus foi vivida numa entrega ao Pai, numa oferta de si mesmo em favor dos homens e mulheres. Jesus faz de sua vida e, de forma especial, de sua morte, uma entrega radical ao Pai. “O abandonado pelos homens é, na realidade, aquele que se abandona”.⁵⁴ É o Cristo que, na sua liberdade, se oferece ao Pai por amor à humanidade. No seu último suspiro entrega o Espírito ao Pai, numa atitude de radical confiança. Na cruz, o Filho se dá, no Espírito, ao Pai. (cf. Jo 19,30).

No entanto, esta entrega radical do Filho ao Pai parece contradição com o abandono e o sofrimento experimentado por Jesus na cruz: “Deus meu, Deus meu, por que me abandonastes?” (Mc 15,34; Mt 27,46). Cristo, na cruz, experimenta a mais profunda solidão e o afastamento de Deus. O Filho, na cruz, é o abandonado pelo Pai. E, mesmo aí, fez de si uma entrega ao Pai por nós. Experimentou o abandono do Pai para nos fazer próximos de Deus: seu grito agonizante na cruz mostra como o Filho experimentou a separação de Deus, entrando no mais profundo sofrimento do mundo a fim de levar o mundo à reconciliação com o Pai.

O Filho se entrega ao seu Deus e Pai por nosso amor: através dessa entrega o Crucificado assume a carga do sofrimento e do pecado passado, presente e futuro do mundo, entra até o fundo no exílio de Deus para assumir o exílio dos pecadores na oblação e reconciliação pascal.⁵⁵

Na cruz, o Cristo assume nossa solidão profunda, fruto do nosso pecado, e, mesmo sem ter pecado, experimenta na carne o afastamento de Deus vivido até o extremo. O Cristo, suspenso na cruz, se entregou em nosso lugar. “Aquele que não conhecera o pecado, Deus o fez pecado por causa de nós, a fim de que, por

⁵⁴ FORTE, B., *Jesus de Nazaré, história de Deus e Deus da história*, p. 284.

⁵⁵ Id., *A essência do cristianismo*, p. 63.

ele, nos tornemos justiça de Deus” (2Cor 5,21). “A cruz é a loucura do amor do Filho, a declaração do amor, pelo qual ele se entregou à morte por nós”.⁵⁶ A loucura da cruz é a manifestação mais sublime de que o Filho nos ama profundamente a ponto de entregar-se, Ele mesmo, por nós.

A entrega que Jesus fez de si na cruz, por sua vez, aponta para um Deus que não é indiferente ao sofrimento humano e, de forma especial, à hora da cruz. Deus Pai não fica passivo à entrega na cruz, mas ele também faz da cruz uma entrega, pois o Pai não poupou o seu próprio Filho, mas o entregou por todos nós (cf. Rm 8,32). Ele, também por amor a nós, entregou o seu Filho à morte: “Pois Deus amou tanto o mundo, que entregou o seu Filho único, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna” (Jo 3,16).

Desta forma, Bruno Forte indica que Cristo é o Abandonado do Pai. A dor de Jesus não está tanto nos pregos, mas “a sua verdadeira dor, a sua cruz, está no fato de experimentar o abandono de Deus!”⁵⁷ A comunhão profunda que o Filho teve com o Pai durante toda a sua vida (cf. Jo 8,31; 10,30), na cruz, parece abalada. Na cruz, o Filho experimenta na carne a solidão profunda e o abandono de Deus: “Deus meu, Deus meu, por que me abandonastes?” (Mc 14,34). No grito de Jesus, ecoam as vozes de todos os que fazem a experiência da dor em suas vidas, de todos os pobres, injustiçados e oprimidos da terra.

O silêncio do Pai diante do Filho que morre é a ‘morte de Deus’ sobre a cruz; ou melhor, a revelação da cruz como ‘morte em Deus’. O Filho morre, dilacerado no mais profundo de seu coração pelo afastamento do Pai; o Pai ‘morre’, porque ‘entrega’ dolorosamente o Filho, como um dia Abraão ‘entregou’ Isaac; o Espírito está presente no silêncio, ‘entregue’ pelo Filho ao Pai no instante supremo da cruz.⁵⁸

Deve-se frisar, no entanto, como mostra Bruno Forte, que na profunda separação entre o Filho e o Pai, experimentada na cruz do Filho, se manifesta sua absoluta unidade. Diante de Jesus que morre na cruz, experimentando o abandono de Deus, pode-se exclamar como o centurião: “Verdadeiramente este homem era filho de Deus” (Mc 15,39). Na separação da cruz, um pagão reconhece a Filiação divina de Jesus. A cruz, com isso, oferece a possibilidade de se enxergar, no abandono do Filho por parte do Pai, a unidade perfeita entre os dois.

⁵⁶ Id., *Trindade para ateus*, p. 55.

⁵⁷ Id., *Jesus de Nazaré, história de Deus e Deus da história*, p. 287.

⁵⁸ Ibid., p. 287.

A cruz, na cristologia de Bruno Forte, aparece como

a revelação “sub contrario” da insondável unidade que liga um ao outro. (...) isso significa que entre Deus em si e Deus revelado “in humilitate et ignominia crucis”, entre a Trindade transcendente e a Trindade imanente na história da paixão, há uma relação de identidade na contradição, relação que será manifestada plenamente na Páscoa.⁵⁹

A unidade entre o Pai e o Filho existente em Deus se mostra na cruz através da separação entre o Pai e o Filho. Na cruz há o Filho que abraça a morte por amor ao Pai e o Pai que entrega o Filho à morte, sofrendo com Ele: Mistério do amor de Deus que se mostra totalmente livre e despojado para amar, a ponto de entregar-se a si mesmo por causa deste amor. No reverso do abandono experimentado por Jesus está a sua profunda unidade com o Pai. São Paulo já apontava para esta fascinante contradição na cruz: “Nós, porém, anunciamos Cristo crucificado, que para os judeus é escândalo, para os gentios é loucura, mas para aqueles que são chamados, tanto judeus como gregos, é Cristo, poder de Deus e sabedoria de Deus” (1Cor 1,24). Se, na cruz de Jesus, a entrega dos homens poderia aparentar a vitória do mal, do Príncipe deste mundo, a autoentrega de Deus em Jesus revela a vitória de Deus. O Cristo, que participa da sorte dos injustiçados deste mundo, participa do sofrimento de modo ativo, assumindo-o no amor e na fé, em solidariedade com o sofrimento do mundo. Sua autoentrega tornou-se causa de salvação para o mundo. Com Jesus, que foi solidário conosco, participando ativamente do nosso sofrimento, a história do sofrimento do mundo pode converter-se na história da dor que vence a morte.⁶⁰

Na entrega que o Pai faz de seu Filho à morte, fica evidenciada a finalidade desta entrega. O Pai “o entregou por nós” (Rm 8,32). Deus entrega o seu Filho por causa do seu amor pela humanidade. Deus ama a humanidade e se empenha pela sua salvação. Na cruz de Jesus, realiza-se a nossa salvação, pois nela “Deus condenou o pecado na carne” (Rm 8,3).

No mistério da cruz está o mistério do amor de Deus para conosco. Na cruz temos a história de um Deus que sofre por amor. Eis a revelação do Amor infinito: Deus sofre por amor a nós; Deus se compromete com a dor humana e não nos deixa sozinhos na noite da dor.⁶¹

⁵⁹ Ibid., pp. 288-289.

⁶⁰ Cf. Ibid., p. 290.

⁶¹ Id., *Trindade para ateus*, p. 56.

Na cruz de Jesus, o Pai se torna nosso companheiro, assumindo voluntariamente o nosso sofrimento, participando deste não como “expectador impassível deste, no alto de sua imutável perfeição: no sentido mais profundo ele é o Deus conosco, que sofre com quem sofre e intervém em nosso favor com a proximidade da cruz do Filho”⁶². Na cruz de Jesus, percebe-se que Deus é capaz de sofrer por amor e é capaz de amar porque é capaz de sofrer por nós:

Quem porém é capaz de amar é também capaz de sofrer, pois o mesmo se abre aos sofrimentos que o amor pode trazer, ficando no entanto condicionado a eles só em virtude do amor. Deus não pode sofrer propriamente por falta de algo, como as criaturas, mas amando na plenitude de seu ser, ele pode sofrer por seu livre amor.⁶³

Há, na cruz, um sofrimento que é consequência de um amor incondicional entre as Pessoas Divinas e de Deus para com o ser humano. Um sofrimento que “não é passivo, suportado, mas ativo, livremente escolhido por amor e por isso libertador”.⁶⁴ Ao assumir a cruz, o Filho sente o abandono do Pai do mesmo modo que o Pai sente a distância e o abandono do Filho, o que Kitamori chama de “Dor de Deus”⁶⁵, inaugurando toda a reflexão desenvolvida posteriormente na Teologia. A atitude livre e amorosa de Deus de assumir o sofrimento em si, ao entregar seu Filho para ser crucificado, revela o seu desejo salvífico: a cruz de Jesus é para a nossa salvação.

Como entender a salvação realizada na cruz? Foram dadas no decorrer da história diversas interpretações.⁶⁶ A primeira é a percepção da morte de Cristo como *sacrifício de redenção* para a humanidade pecadora. Trata-se de perceber a morte sangrenta de Jesus como um culto a Deus para o perdão dos pecados (cf. Hb 9,1-10.18), uma renovação da aliança (cf. Hb 9,15-28; Ef 5,2; Mc 14,24). O sacrifício apresenta-se na obediência de Jesus ao Pai até seu derramamento de sangue (cf. At 20,28; 1Pd 1,18-20). Trata-se de uma iniciativa divina que, pelo sangue do Crucificado, estabelece uma nova e eterna aliança, expiando e perdando os pecados dos homens e oferecendo-se por eles.

Outra interpretação vê na morte de Cristo a realização da *satisfação de justiça* (cf. Rm 3,25). Esta interpretação defende que a ofensa cometida pelos homens a

⁶² Id., *Exercícios espirituais no Vaticano*, p. 68.

⁶³ MOLTSMANN, J., *O Deus crucificado: questões modernas em torno de Deus e da história da Trindade* In *Concilium* 1972/6, p. 729.

⁶⁴ FORTE, B., *Jesus Cristo, história de Deus, Deus da história*, p. 290.

⁶⁵ KITAMORI, K., *Teologia del dolore di Dio*.

⁶⁶ Cf. Id., *Jesus de Nazaré, história de Deus e Deus da história*, pp. 291-293.

Deus, por ser dirigida ao Deus infinito, tornou-se uma ofensa infinita, que, por sua vez, só poderia ser reparada pelo próprio Deus. Esta teoria, sistematizada por Santo Anselmo, tem seus aspectos positivos, uma vez que leva a sério a gravidade do pecado, exalta a dignidade do homem, destaca a solidariedade de Jesus e celebra a soberania de Deus e o triunfo de sua misericórdia; porém, ela pode apresentar a cruz como uma necessidade do reestabelecimento da justiça, negligenciando a liberdade divina, ao entender o sacrifício de Jesus ao Pai como relação crédito-débito.

Qualquer que seja a interpretação convém ressaltar que:

o Deus trinitário morre na cruz não para satisfazer a uma ordem abstrata de valores, nem devido a alguma ‘necessidade’, mas unicamente por nosso amor, para demonstrar-nos gratuitamente o seu amor e gratuitamente assumir-nos nele, libertando-nos das prisões que nos impedem de ter acesso a ele.⁶⁷

A morte na cruz é ato livre de Deus por causa do seu amor à humanidade. Deus se oferece na cruz não por necessidade ou por pressão de alguma parte, mas de modo livre e inesperado.

Além da entrega do Filho e do Pai, a Cruz é também entrega do Espírito. Ele está presente na hora da Cruz. A hora do abandono é a da entrega do Espírito. “E, inclinando a cabeça, entregou o espírito” (Jo 19,30). Aquele que se oferece na cruz é o Ungido do Pai: “Deus o ungiu com o Espírito Santo e com poder, ele que passou fazendo o bem e curando a todos os que estavam dominados pelo diabo, porque Deus estava com ele” (At 10,38). “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque me ungiu para evangelizar os pobres (...). Hoje se cumpriu aos vossos ouvidos essa passagem da Escritura” (At 4,18-21). Jesus é aquele que, durante toda a sua vida, foi conduzido pelo Espírito Santo, que o impulsionava, de modo que tudo o que fazia era por direção deste mesmo Espírito, e nada fazia sem ele. Este Espírito, que conduzia Jesus à intimidade com Deus, é entregue na cruz por Jesus. O Crucificado entrega o Espírito ao Pai. A sexta feira Santa, dia em que o Filho se entrega ao Pai e o Pai entrega o seu Filho à morte pelos pecadores, “é o dia em que o Espírito é entregue pelo Filho a seu Pai, para que o Crucificado fique abandonado, distanciado de Deus, em companhia dos pecadores”.⁶⁸ Esta entrega é o momento da morte em Deus em que o Filho experimenta o Abandono do Pai.

⁶⁷ Ibid., pp. 293-294.

⁶⁸ Id., *A Trindade como história*, p. 36.

Na entrega do Espírito, o Filho entra no exílio dos “sem-Deus”, dos abandonados e “amaldiçoados por Deus”: “Cristo nos remiu da maldição da Lei tornando-se maldição por nós, porque está escrito: Maldito todo aquele que é suspenso no madeiro” (Gl 3,13). Existe, na entrega do Espírito, a manifestação da loucura de Deus, que sofre o aniquilamento de si mesmo no amor para manifestar o seu grande amor pela humanidade.

Agora não haverá mais nenhuma situação humana de dor, de miséria e de morte em que a criatura humana possa se sentir abandonada por Deus. Se o Pai segurou em seus braços o Abandonado da Sexta-feira Santa, manterá todos nós em seus braços, qualquer que seja a história de pecado, de dor e de morte da qual provenhamos.⁶⁹

O Crucificado experimenta nossas angústias e a separação de Deus que experimentamos com os nossos pecados. “Aquele que não tinha pecado, Deus o fez pecado por causa de nós, a fim de que, por ele, nos tornemos justiça de Deus” (2Cor 5,21). Desta forma, na entrega do Espírito, ele experimenta, por sua livre vontade e amor, o exílio dos pecadores, tornando-se distante de Deus para fazer a humanidade próxima. Nesta entrega aparece com radicalidade o amor da Trindade por nós. A entrega do Espírito é que possibilita que a cruz apareça com toda a sua radicalidade enquanto evento trinitário e salvífico.⁷⁰ O Espírito, que no silêncio se deixa entregar, permite que a hora das trevas seja compreendida como solidariedade de Deus:

o evento da história do Deus imortal, pelo qual entra o Filho no mais profundo da alteridade do Pai em obediência a ele, lá onde encontra os pecadores, e o Pai entrega por amor o Filho a este supremo exílio, a fim de que no dia escatológico da Páscoa (“o terceiro dia”) os exilados de Deus retornem com o Filho, nele e por ele, à comunhão com o Pai.⁷¹

As entregas da parte de Deus realizadas na cruz não são uma mera aventura do Deus cristão, mas sinal do seu imenso amor à humanidade, que não teme experimentar a distância em si para nos aproximar dele. O Deus Pai, Filho e Espírito Santo faz história na cruz. A cruz é história trinitária de Deus. “A entrega do Filho revela um sofrimento em Deus que, ou se entende trinitariamente, ou não se entende de forma alguma”⁷². Deus na cruz sofre. Sofre

⁶⁹ Id., *Trindade para ateus*, p. 57.

⁷⁰ Id., *A Trindade como história*, p. 37.

⁷¹ Ibid., p. 37.

⁷² MOLTSMANN, J., *Trindade e o Reino de Deus*, p. 96.

porque ama o ser humano e lhe oferece a possibilidade de, nos sofrimentos da vida, unir-se ao Abandonado do Pai para haurir dele coragem e esperança para superar as dificuldades. A cruz não é apenas um conjunto de entregas humanas ou somente a entrega de Jesus, mas é a entrega da Trindade, que manifesta seu radical amor. É

história de Deus que abre para o futuro, cuja presente reconciliação pelo sofrimento do amor (...) significa um mundo livre da angústia e dominação. A história da dor do mundo, através da história da dor de Cristo, é incluída na 'história de Deus'.⁷³

Desta forma, o ser humano sabe que já não sofre sozinho neste mundo: ele tem Deus como companheiro que sofre com ele. Deus volta-se com amor para o ser humano. “A ‘entrega’ dolorosa é o supremo inclinar-se dos Três para o homem: é o sinal ‘finito’ do despojamento ‘infinito’ de seu amor por nós”.⁷⁴ O Deus que se manifesta na cruz manifesta-se completamente voltado para nós no amor, entrega-se porque nos ama e nos quer próximos dele, participando de sua comunhão de amor. Contemplando as três entregas misteriosas da cruz, com Bruno Forte afirma-se: “É ao pé da cruz que nós descobrimos que Deus é amor! (...) Nós cremos num Deus que se fez pequeno, abandonado em nosso favor, (...) que se mostra a nós com ternura e a fraqueza do amor infinito. É este o Deus da Cruz: o Deus da caridade sem fim...”⁷⁵

4.3

Ressurreição: a revelação de Deus na história contraditória da cruz

A morte de Jesus é, para os cristãos, não somente um conjunto de sucessivas entregas humanas, mas, antes, é a entrega do próprio Deus por amor a nós. A morte, no entanto, para ter condições de expressar essa realidade, necessita ser iluminada pelo evento da ressurreição. Trata-se, como Bruno Forte apresenta, do ponto de partida para a fé em Deus e para a reflexão cristã.⁷⁶ É a partir dela que a

⁷³ Id., *O Deus crucificado*, p. 734.

⁷⁴ FORTE, B., *Jesus de Nazaré, história de Deus e Deus da história*, p. 294.

⁷⁵ Id., *Trindade para ateus*, p. 58.

⁷⁶ Cf. Ibid., p. 87. Tal centralidade da ressurreição pode ser verificada também na teologia de Von Balthasar: “é na ressurreição de Cristo que toda Teologia eclesial tem seu ponto de partida, em virtude do qual somente a existência terrena de Jesus e sua cruz recebem a sua significação.” In

história da cruz não se tornou a morte de Deus, mas oportunidade para a verdadeira revelação de Deus. Sem a ressurreição, a pregação e a fé da Igreja não se sustentam (cf. 1Cor 15,14).

A ressurreição de Jesus é o evento no qual Deus se manifesta de modo surpreendentemente novo, superando qualquer expectativa humana⁷⁷: na ressurreição, Jesus é constituído Senhor e Cristo. O senhorio de Jesus é a “palavra da fé”, o núcleo do culto, da pregação eclesial e da catequese inicial da Igreja. No culto se invoca a vinda do Senhor (cf. Ap 22,20) e se celebra “a morte do Senhor até que ele venha” (1Cor 11,26), com a certeza de que toda língua há de confessar que “Jesus é o Senhor” (Fl 2,11). A pregação da comunidade cristã se norteia, também, através deste núcleo central, convocando todos a uma experiência com o Ressuscitado pelo Pai. “Porque se confessares com tua boca que Jesus é o Senhor e creres em teu coração que Deus o ressuscitou dos mortos, serás salvo” (Rm 10,9). O anúncio da comunidade primitiva – o querigma – representava a proclamação da morte e ressurreição de Jesus, ou melhor, da ressurreição de Jesus dentre os mortos:

Sabeis o que aconteceu por toda a Judéia: Jesus de Nazaré, começando pela Galileia, depois do batismo proclamado por João, como Deus o ungiu com o Espírito Santo e com poder, ele que passou fazendo o bem e curando a todos os que estavam dominados pelo diabo, porque Deus estava com ele. E nós somos testemunhas de tudo o que fez na região dos judeus e em Jerusalém, ele, a quem no entanto mataram, suspendendo-o ao madeiro. Mas Deus o ressuscitou ao terceiro dia (At 10,37-40).

A pregação constitui-se no anúncio do senhorio de Jesus que venceu a morte pela força do Pai: “Saiba, portanto, com certeza, toda a casa de Israel: Deus o constituiu Senhor e Cristo, a este Jesus a quem vós crucificastes” (At 2,36). Aceitar este anúncio é deixar-se guiar pelo Espírito (cf. 1Cor 12,3), negá-lo é cair na mentira, não aceitando nem o Filho, nem o Pai (cf. 1Jo 2,23). Desta forma, as fórmulas querigmáticas unem duas histórias: a morte de Jesus e o Ressuscitado por Deus. Contudo, não se trata de duas histórias divergentes, mas de duas histórias concatenadas, de uma história que se abre à outra, pois o Ressuscitado é o Crucificado. O homem Jesus de Nazaré, que foi entregue nas mãos das lideranças religiosas e políticas e condenado à morte de cruz, foi ressuscitado pelo

VON BALTHASAR, H. U. ‘Mysterium paschale’ in *MS* III/6, p. 129. Tal teólogo mostra que o sentido da vida de Jesus como também o de sua morte permaneceria velado sem o evento da ressurreição.

⁷⁷ Cf. Id., *Jesus de Nazaré, história de Deus e Deus da história*, p. 88.

Pai, que o constituiu Senhor e Cristo (cf. At 2,14-36; 3,12-26; 4,8-12; 10,34-43; 13,26-35). Todos estes textos apontam a ressurreição de Cristo como ação do Pai⁷⁸ pelo Espírito (Rm 1,4; 8,11), já indicando a ressurreição como um acontecimento trinitário.⁷⁹

O Jesus crucificado foi constituído Senhor e Cristo com a ressurreição. O título Senhor tem um significado escatológico no sentido em que evoca a vinda do Filho do Homem no fim dos tempos, trazendo o julgamento e a salvação (cf. Mt 7,21-23; 24,42; 25,11-12; 31-45). Além do sentido escatológico-soteriológico, o título Senhor tem um significado teológico, pois mostra a condição divina daquele a quem é atribuído. Pode-se afirmar isto, uma vez que o nome de Deus, *Iahweh*, substituído pelo hebraico *Adonai*, era traduzido no grego da diáspora como *Kyrios* (cf. At 2,21; Rm 10,9; 1Cor 1,2; 2Tm 2,22), expressando, agora, a condição divina.⁸⁰ O título Cristo, por sua vez, também possui um significado teológico, visto que evoca a esperança messiânica de Israel, a esperança das promessas de Deus. Desta forma, proclamar que Jesus é Senhor e Cristo é, pois,

afirmar que ele é o Vivente, no qual: a) chegou a plenitude dos tempos e está aberto para o homem o futuro de Deus; b) é dada aos homens a salvação, com a realização das promessas e c) Deus está presente de maneira única e definitiva.⁸¹

Com a ressurreição, de anunciador do Reino do Pai, Jesus passa a ser o anunciado. Nele se realizam a promessa e a novidade de Deus. As comunidades cristãs primitivas procuraram manifestar, de diferentes formas literárias, a grandeza do acontecimento da salvação, seja através dos textos que exibem Jesus ressuscitando dos mortos, seja daqueles que mostram Jesus sendo exaltado pelo Pai, ou ainda daqueles que narram a sua ascensão. Os textos das aparições, embora divergentes entre si, também apontam para a realidade da ressurreição por meio de uma estrutura comum, na qual se apresenta a ressurreição de Jesus: em relação ao presente, sublinhando a *iniciativa* do ressuscitado em se mostrar; em relação ao passado, pois no ressuscitado as comunidades *reconhecem* Jesus de Nazaré; em relação ao futuro, uma vez que em todos os textos é enfocada a *missão* dos discípulos.

⁷⁸ Como também outros textos: 1Ts 1,10; 1Cor 6,14; 15,15; 2Cor 4,14; Gl 1,1; Rm 4,24; 10,9; 1Pd 1,21.

⁷⁹ Cf. FORTE, B., *Jesus de Nazaré, história de Deus e Deus da história*, p. 92.

⁸⁰ Cf. KASPER, W., *Jesus, el Cristo*, pp. 207-208.

⁸¹ FORTE, B., *Jesus de Nazaré, história de Deus e Deus da história*, p. 93.

Em primeiro lugar, os textos das aparições indicam a iniciativa do Ressuscitado que “apresentou-se vivo depois de sua paixão” (cf. At 1,3). É o Ressuscitado que aparece a eles, mostrando-se vivo e dirigindo-lhes a palavra. Bruno Forte ressalta o caráter objetivo da ressurreição manifesto com as aparições. Não se trata de uma realidade que aconteceu nos discípulos, mas uma realidade que aconteceu a eles. São as aparições do Senhor que motivam a fé dos discípulos e não o contrário. “O Ressuscitado é visto porque ‘aparece’, e não aparece porque ‘é visto’”.⁸²

Da iniciativa do Senhor em aparecer, segue o reconhecimento por parte dos seus discípulos. “Então seus olhos se abriram e o reconheceram” (Lc 24,31). Na aparição fica evidenciada a novidade de Deus, o Abandonado se manifesta ressuscitado, revelando a proximidade de Deus, que o ressuscita ao terceiro dia – o dia decisivo, segundo a tradição bíblica (cf. 1Cor 15,4; Os 6,2). A novidade deste evento aparece, ainda, na condição imaterial do Ressuscitado, que aparece dentro do lugar da reunião, mesmo estando as portas fechadas (cf. Jo 20,19); no entanto, o Ressuscitado não é outro senão Jesus. No reconhecimento por parte dos discípulos, se manifesta também a dimensão da continuidade, presente no evento da Ressurreição. É o mesmo Jesus de Nazaré, o Abandonado pelo Pai na sexta-feira Santa, que se mostra também a eles ressuscitado, em sua dimensão corpórea: “Vede minhas mãos e meus pés: sou eu! Apalpai-me e entendei que um espírito não tem carne, nem ossos, como estais vendo que eu tenho. Dizendo isso, mostrou-lhes as mãos e os pés” (Lc 24,39-40). Trata-se da experiência da graça, de se vivenciar, através de acontecimentos históricos e experiência humana, um encontro que desperta a fé cristológica.⁸³ No reconhecimento do Senhor é evidenciada a dimensão subjetiva da ressurreição, que é resposta ao acontecimento objetivo, inicial, que motivou a resposta pela fé.

Deste encontro com o Senhor que aparece e é reconhecido, brota a missão. O Senhor aparece e envia os seus discípulos à missão (cf. Mt 28,18-20; Mc 16,15-

⁸² Ibid., p. 97. Interessante notar que em Bruno Forte o termo “aparições” tem um caráter pessoal, ou seja, indica a manifestação do Senhor vivo aos seus discípulos com os quais estabelece um relacionamento pessoal assim como se apresenta na teologia de Von Balthasar: “Interpretaria mal e grosseiramente os acontecimentos da ressurreição quem os prendesse à expressão ‘aparição’ (pois talvez pudesse ver aí algo também de figurativo), em vez de considerar nela o testemunho do encontro da pessoa viva de Jesus Cristo, uma pessoa a quem se reza e a quem se adora (Jo 20,28) e com a qual se tem um ‘relacionamento pessoal’” VON BALTHASAR, H. U. ‘Mysterium paschale’ in *MS III/6*, p 144.

⁸³ Cf. SCHILLEBEECKX, E., *Jesus, a história de um vivente*, pp. 390-392.

20; Lc 24,48, Jo 20,19). A experiência com o Ressuscitado possibilita um anúncio autêntico (At 3,15; 5,31-32; 10, 40-41). A missionariedade da Igreja está pautada neste encontro de Jesus com os seus discípulos, que os fez testemunhas da ressurreição.⁸⁴ Os discípulos se sentem enviados e sustentados por Jesus, no qual Deus agiu com a força de seu poder, ressuscitando-o por meio de seu Espírito. A ressurreição de Jesus se mostra, assim, como o sim de Deus em relação a Jesus:

a) sobre o seu passado, confirmando os seus dias terrenos como história na qual é dada a revelação de Deus; b) sobre o seu presente, atestando que ele está vivo e age com poder no hoje da Igreja e do mundo; c) sobre o seu futuro, indicando nele o Senhor do tempo futuro, aquele que há de vir na glória e é o fundamento da esperança que não desilude.⁸⁵

A ressurreição traz a Verdade sobre a relação de Deus com Jesus. Se a morte de Jesus significou o abandono do Filho pelo Pai, possibilitando a errônea compreensão da morte de Deus, na ressurreição se explicita a revelação “*sub contrario*” realizada na cruz. A ressurreição revela o sim de Deus à história de Jesus, ao seu presente, passado e futuro. Ela confirma a trajetória histórica de Jesus, o seu amor para com os pobres, a sua unidade com Deus. Ela atesta que o Cristo se faz presente, também, no hoje da comunidade e do mundo. Sua presença não é uma mera recordação de um passado, mas presença real que sustenta a vida e a missão da comunidade eclesial. Por fim, a ressurreição ilumina o futuro da história de Jesus e nossa, uma vez que o apresenta como o fundamento da esperança cristã, Aquele que virá encabeçar todas as coisas, levando-as à sua plenitude (Ef 1,10).

Os discípulos, com a ressurreição, recebem a iluminação de Deus para entender a vida e a morte de Jesus. Percebem toda a existência de Jesus como a revelação da Trindade. Percebem a Verdade que é revelada na ressurreição, na revelação “*sub contrario*”, recebem a força do Alto para enfrentar o futuro e, de medrosos e fujões da sexta feira Santa, passam a ser testemunhas, missionários da esperança. Se, em nossos dias, alguns reclamam não haver provas do ponto de vista histórico-moderno para a ressurreição de Jesus, há de se perceber que entre a morte de Jesus e a missão dos discípulos algo de extraordinário acontece que os

⁸⁴ Assim pode-se entender que “o apostolado cristão primitivo não se acha na dependência do envio histórico dos discípulos da parte do Rabi de Nazaré, mas é fundamentado pelas aparições do Ressuscitado”. KÜNNETH, W. Die Auferstehung Jeus, p.92 in VON BALTHASAR, H. U. ‘Mysterium paschale’ in *MS III/6*, p.157.

⁸⁵ FORTE, B., *Jesus de Nazaré, história de Deus e Deus da história*, p. 102.

historiadores profanos não conseguem explicar, pois a experiência pascal é, também, motivadora de uma profunda transformação dos discípulos, tornando-os testemunhas da Páscoa e fazendo “com que o medo dos discípulos se transforme em coragem e eles se tornem homens novos, capazes de amar a dignidade da vida recebida como dádiva mais que a própria vida, prontos para o martírio”.⁸⁶

O anúncio do Cristo ressuscitado por parte dos discípulos suscita uma nova interrogação: “O Cristo da fé pascal está em continuidade ou em descontinuidade com o Jesus da história?”⁸⁷ Bruno Forte apresenta as diversas tendências neste sentido.⁸⁸

A primeira é a concepção da teologia “liberal”, que, adotando uma concepção de história como uma soma de fatos na qual seria verdadeira somente a história exata, como um registro literal do passado, busca despir o anúncio de Jesus de qualquer ingerência da fé eclesial. Para tal concepção, a formulação “Jesus é o Senhor” esconde o verdadeiro rosto de Jesus de Nazaré. Por mais fidelidade que queira manter ao Jesus histórico, esta concepção se perde, como bem mostrou a história, na medida em que esta tendência gerou diversas imagens “autênticas” de Jesus que, prescindindo do círculo hermenêutico no qual cada uma está situada, acabaram por pregar um Jesus que é o reflexo da imagem do estudioso.

A segunda se apresenta como o oposto da primeira. É a tendência que, ao dizer algo sobre Jesus, só valoriza a fé eclesial e desqualifica qualquer possibilidade fora do âmbito eclesial. Nesta tendência, tem-se como referência Rudolf Bultmann, que vê a história não como uma sucessão de fatos, mas enquanto memória do passado que traz um significado para o hoje da existência. Segundo ele, o que conta para o crente não são os dados históricos acerca de Jesus, mas o querigma que dá significado aos dados do passado. Neste horizonte de compreensão, quanto menor for a certeza histórica acerca de Cristo, mais pura se mostra a fé.

A terceira tendência procura ser o equilíbrio entre as anteriores. É a reação pós-bultmanniana, que busca recuperar a relação entre a história de Jesus e o querigma e o valor de cada um. Ela ressalta que o sujeito de ambos é o mesmo: Jesus de Nazaré; no entanto, concebe também a descontinuidade entre a Sexta

⁸⁶ Id., *A Trindade como história*, p. 29.

⁸⁷ Id., *Jesus de Nazaré, história de Deus e Deus da história*, p. 104.

⁸⁸ Cf. *Ibid.*, pp. 104-115.

Santa e a Páscoa, entre o que aconteceu antes e depois da Páscoa. Com isto, defende a necessidade de uma articulação entre ambas que permitirá perceber uma cristologia implícita na história de Jesus de Nazaré, completada e explicitada com a Ressurreição, como também compreender que a Ressurreição desconexa da história de Jesus é vazia de significado.

A história de Jesus aparece, por fim, realizada em dois estágios: “segundo a carne” e “segundo o Espírito”. O primeiro é apresentado na vicissitude terrena de Jesus, terminada na sua traição e morte por parte dos homens e abandono por parte de Deus; no segundo, aparece como ressuscitado pelo Pai, que entra no mundo dos homens e o subverte.⁸⁹ Na Páscoa, o Pai diz seu “sim” à história de Jesus, ressuscitando-o no Espírito. Descobre-se, na Páscoa, o comprometimento de Deus com a história humana, marcada pelo sofrimento e morte. Deus, ao ressuscitar o Filho, no Espírito, reabriu o horizonte de esperança ao ser humano, desta vez muito maior, haja vista a novidade realizada na Páscoa. Na Páscoa de Jesus, Deus fez história, de modo que a Páscoa é história trinitária de Deus.⁹⁰

A Páscoa é, em primeiro lugar, história do Pai, pois é dele a iniciativa da ressurreição: “Deus o ressuscitou” (At 2,24). A ressurreição é dom do Pai, que, “com a extraordinária grandeza do seu poder” (Ef 1,19), ressuscitou o Crucificado, declarando-o Senhor e Cristo: “Deus o constituiu Senhor e Cristo, este Jesus a quem vós crucificastes” (At 2,37). Trata-se do grande sim do Pai à história de Jesus:

Em relação ao passado, com a ressurreição mediante o Espírito, o Pai confessou a história de Jesus de Nazaré como a história de seu Filho enviado ao mundo. Jesus era o Filho e Senhor já na humildade da sua vicissitude entre os homens. Em relação ao presente, Deus atestou, ressuscitando-o, que Jesus é no Espírito o Vivente, o Cristo que realiza “hoje” as promessas divinas, porque é ‘hoje’ o Deus conosco na Igreja e na história. Em relação ao futuro, o Deus que ressuscita o Crucificado no Espírito garante que, no mesmo Espírito, Jesus será o Senhor do tempo futuro.⁹¹

Com a ressurreição percebe-se que a entrega de Deus não é a “morte de Deus”, mas a “morte em Deus” que a experimenta em si, para nos libertar dela. A ressurreição nos dá luz para entender a morte de Jesus como amor do Pai por nós,

⁸⁹ Cf. *Ibid.*, pp. 276-277.

⁹⁰ Sobre o que se segue, a ressurreição como história trinitária, consultar as obras de Bruno Forte: *Jesus de Nazaré, história de Deus e Deus da história*, pp. 188-203; *Id.*, *A Trindade como história*, pp. 29-33; *Id.*, *Na memória do Salvador*, pp. 93-99; *Id.*, *Exercícios espirituais no Vaticano*, pp. 97-103.

⁹¹ *Id.*, *Jesus de Nazaré, história de Deus e Deus da história*, p. 179.

que “amou tanto o mundo, que entregou o seu Filho único, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna” (Jo 3,16). Neste sentido, Bruno Forte entende que a proclamação da ressurreição é uma resposta ao ateísmo que prega a morte de Deus. Com a ressurreição, transparece a ação vivificante do Pai, no Espírito, que ressuscita o seu Filho, abrindo nova perspectiva aos seres humanos, que, em Cristo, tem a graça da ressurreição e vida nova. Cai por terra a concepção de um Deus apático, indiferente à dor humana, de forma especial à morte dos injustiçados, e vislumbra-se a bondade e a ação renovadora de Deus, que transforma a morte em ressurreição. Percebe-se que Deus defende a vida, veio ao mundo e deu a sua vida para que todos a tivéssemos de modo pleno (Jo 10,10). A ressurreição nos direciona ao amor do Pai, que é espontâneo e fonte de todo amor – Amor que nunca diminuirá (cf. Sl 89,34).

O Pai, que, na ressurreição, tomou a história do Filho em suas mãos, posicionando-se em relação ao seu passado, presente e futuro, toma, também, posição em relação à nossa história humana. Com relação ao passado, ele vê, na morte de Jesus, o império do mal e pronuncia o seu não em relação ao pecado do mundo, realizando a salvação. Mostra a “força de seu braço” (Lc 1,51) que não permite a vitória definitiva do mal, mas tudo transforma e enche de vida. Em relação ao presente, ele se oferece como o Deus de misericórdia, que olha para todos os escravos deste mundo, proclamando, ao olhar para Jesus e restituir-lhe a vida, a vitória dos sofredores: “Mas Deus, que é rico em misericórdia, pelo grande amor com que nos amou, quando estávamos mortos em nossos delitos, nos vivificou juntamente com Cristo” (Ef 2,4). Na vitória de Cristo sobre a morte, está a nossa vitória. Somos, também, com Cristo, vivificados pelo Pai. Com isto, já se desvela, também, o nosso futuro, pois o Pai se apresenta como o Deus que realiza, em Cristo, a promessa anunciada pelos profetas, onde todas as coisas são restauradas (At 3,18-21). A ressurreição de Jesus, por fim, é a tomada de posição de Deus na história de Jesus e na nossa história, o fundamento da nossa fé (cf. 1Cor 15,14).

A Páscoa é, também, história do Filho. É história do Filho que ressuscita dos mortos, como também atestam as Escrituras (cf. Mt 27,64; 28,6; Mc 16,6; Lc 24,6.34; Jo 21,14; Rm 8,34; 1Cor 15,3-5; 1Ts 4,14). A ressurreição é ação do Filho. O princípio ativo de Cristo na ressurreição não diminui em nada a iniciativa do Pai, pois todo o reconhecimento de Jesus é sempre para a glória do

Pai (cf. Fl 2,11). Cristo, ao ressuscitar dos mortos, triunfa sobre a morte. Se a sua cruz é vista como o triunfo do pecado, da Lei e do poder por conta das entregas humanas – seja a infidelidade de Judas (cf. Mc 14,10), o ódio dos detentores da Lei (cf. Mc 15,1) e o poder civil (cf. Mc 15,15) –, sua ressurreição é a derrota do poder, da Lei e do pecado e a vitória da liberdade, da graça e do amor. O Crucificado é o Senhor da Vida e, com sua ressurreição, nos libertou do pecado, da morte e da Lei (cf. Rm 5,12-7.25).

A ressurreição confirma o passado, o presente e o futuro de Jesus. Em relação ao passado, homologa a sua pretensão pré-pascal de ser o portador da salvação, pelo anúncio do Reino de Deus, explícito por sua pregação e atitudes. Em relação ao presente, manifesta que ele é o Vivente, o Filho do Pai presente entre os homens no Espírito, aquele que está vivo, come, bebe, toca e se deixa ser tocado pelos seus, sendo presença na comunidade reunida. Em relação ao futuro, a ressurreição indica que Jesus virá em breve (cf. Ap 22,7) para fazer novas todas as coisas, por meio de seu Espírito (cf. Ap 21,3-6). Desta forma, a ressurreição é, também, história do Filho que nos ama e, por isso, assume uma vida nova, para que nós também possamos dela participar, uma vez que a sua ressurreição acontece como primícias dos que morreram (cf. 1Cor 15,20).

A Páscoa é, ainda, história do Espírito. É por meio dele que o Cristo foi ressuscitado, pois “morto na carne, foi vivificado no Espírito” (1Pd 3,18). Segundo este mesmo Espírito é que Jesus foi estabelecido Filho de Deus na sua ressurreição entre os mortos (cf. Rm 1,4). Ele foi dado pelo Pai a Jesus na sua ressurreição e, por sua vez, de acordo com a Promessa, foi-nos derramado por Jesus (cf. At 2,32-33). Ele, pelo evento da Páscoa, aparece como o vínculo que une o Filho ao Pai e, também, nos une a Deus. O mesmo Espírito que deu nova vida ao Crucificado nos dá a nova vida, que é a participação no mistério de Deus através da Páscoa de Jesus. Ele é o Amor entre as pessoas divinas, amor pessoal em Deus (cf. Mt 28,19; 2Cor 13,13).

O Espírito, com relação ao passado de Jesus, uniu o Abandonado ao Pai, não permitindo o rompimento da Trindade com a morte do Filho. É ele que possibilita vislumbrar, na cruz, a revelação “*sub contrario*”, uma vez que une o Filho, que experimentou a mais profunda distância de Deus, com o Pai. Com relação ao presente de Jesus, ele une o Crucificado ao Pai e à humanidade, com a força da ressurreição, que faz com que o Cristo se torne vivo e atuante no hoje de nossa

história. É por meio dele que se percebe a contemporaneidade de Cristo. Com relação ao futuro, ele possibilitará que a reconciliação entre o Pai e o mundo, realizada na cruz do Filho, se torne uma realidade para todos os tempos. A ressurreição é história do Espírito porque nele recebem vida nova: a relação entre o Pai e o Filho e a relação de Deus para conosco.

Por ser história do Pai, do Filho e do Espírito Santo, deve-se afirmar, então, que o evento pascal é história trinitária. Neste evento, atuam os três sujeitos na sua unidade de amor, revelando-nos esta unidade vivenciada no amor mútuo. Este amor se manifesta, na ressurreição, como um “amor para”. É ação do Pai, pelo Espírito, no Filho, para comunicar vida ao Filho e, ao mesmo tempo, é o movimento do Pai, pelo Filho, no Espírito, a nós para nos comunicar vida e salvação. É pelo oferecimento da Trindade por nós que nos é dada a participação na vida do Pai, do Filho e do Espírito Santo. “A Trindade, história trinitária de Deus revelada na Páscoa, é história de salvação, história nossa...”⁹² No evento pascal, Deus assumiu nossa história, fazendo desta também história sua, porque

a história do homem Jesus é reconhecida como história do Filho; sua, porque o presente da Igreja e do mundo é proclamado lugar em que o Vivente opera no Espírito, derramando a vida recebida do Pai e rompendo as iníquas cadeias da morte e do pecado, pessoal e social; sua porque o futuro é garantido como tempo em que Deus se comprometeu pelo homem, no sentido em que o Pai continuará, por Cristo, no Espírito, a tomar posição em favor de todas as cruces que forem levantadas sob o sol, até que não haja mais cruz, isto é, injustiça, dor e morte, e o Filho possa, no Espírito, entregar-lhe todas as coisas, e Deus seja tudo em todos (cf. 1Cor 15,28).⁹³

A Trindade, no seu imenso amor, integrou em si a nossa história. Não que sua história tenha se dissolvido na nossa, mas subverteu os horizontes de nossa história, possibilitando que, em meio a nossas histórias de sofrimento e morte, possamos ter, na felicidade com Deus, a consumação de nossa história, pois “o que os olhos não viram, os ouvidos não ouviram e o coração do homem não percebeu, isso Deus preparou para aqueles que o amam” (cf. 1Cor 2,9).⁹⁴

Desta forma, a Páscoa é a história de Deus, que se manifesta na sua unidade e no seu profundo amor entre as pessoas divinas, e, ao mesmo tempo, é a nossa história, pois, através dela, Deus toma posição a nosso favor, transformando todas as nossas histórias de dor e morte em história de esperança e amor. À luz da

⁹² Id., *A Trindade como história*, p. 33.

⁹³ Id., *Jesus de Nazaré, história de Deus e Deus da história*, p. 191.

⁹⁴ Cf. *Ibid.*, pp. 178-179.

ressurreição, a cruz é interpretada como chave trinitária, na qual intervém o Deus dos Pais (At 3,13) com a força do seu Espírito (Rm 1,4).⁹⁵ Através da Páscoa de Jesus, pode-se vislumbrar: o sentido de nossa vida, seu início e sua consumação em Deus; a presença do Cristo vivo no meio de Deus; e, ainda, o nosso papel diante da história do mundo, contribuindo para a superação de todas as suas cruzes. Com isto, fica evidenciada a centralidade da pessoa de Cristo para a revelação de Deus e para a nossa salvação, pois como apresenta Bruno Forte: “Jesus Cristo é em si mesmo a aliança, que faz da história dos homens história de Deus, e da história de Deus história dos homens”.⁹⁶

Elaborar uma cristologia como história, tal qual apresenta Bruno Forte, é, enfim, apresentar, na história de Jesus Cristo, a história do amor das Pessoas Divinas que se relacionam entre si no amor e, ao mesmo tempo, apresentar o seu amor por nós. Em Jesus, vê-se um Deus capaz de se rebaixar, de sofrer, de experimentar em si a morte por amor a nós. Na história da consciência e liberdade de Jesus, revela-se o movimento de descida de Deus em nossa direção, assumindo verdadeiramente a nossa humanidade, nos mostrando que um novo caminho – o da comunhão com Deus – é possível. Na cruz de Jesus, revela-se um Deus que escolhe a morte por amor. Um Deus que se entrega – Pai, Filho e Espírito Santo –, experimentando ativamente o sofrimento e a morte em solidariedade com todos os crucificados da história. Na ressurreição de Jesus, é comprovada a história de Jesus: seu passado, confirmando os dias de sua vida; seu presente, mostrando sua presença viva no meio de nós; e seu futuro, indicando que ele é o Senhor do tempo futuro e fundamento de nossa esperança. Na ressurreição de Jesus, encontra-se transformada a nossa história, pois ela revela a tomada de decisão do Deus Trindade em favor dos crucificados da história. A história de Jesus, neste sentido, abre-nos o horizonte de nossa história, permitindo que encontremos na história de Jesus o sentido de nossa esperança, vislumbrando a Trindade que, por este evento, nos é revelada.

⁹⁵ FORTE, B., *La Parola della Fede*, p. 209.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 280.